U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

"Em Terra de Ninguém": Perceções de Profissionais sobre a Violência Sexual *Online*

Ana Rita Ferreira da Silva

M

2026

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

"EM TERRA DE NINGUÉM": PERCEÇÕES DE PROFISSIONAIS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL *ONLINE*

Ana Rita Ferreira da Silva

Outubro, 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, na área de Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Celina Manita*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se, *ChatGPT* como ferramenta de apoio na tradução e organização do texto e referências. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

À Professora Doutora Celina Manita, agradeço pela orientação e pelo feedback construtivo ao longo do Mestrado e da escrita da minha dissertação.

Aos meus pais por me apoiarem incondicionalmente ao longo deste processo e por celebrarem comigo as minhas conquistas. Agradeço especialmente à minha mãe, que é desde sempre, a minha maior inspiração. Admiro-te imenso como pessoa, mulher e mãe e agradeço-te pelos abraços apertados, pela confiança que me transmites e pela preocupação constante. Como dizes, temos de ir à luta pelos nossos sonhos. Tens razão, o céu é mesmo o limite!

Aos meus avós maternos que foram para sempre os meus segundos pais. Ao meu avô Julião, que me motivou sempre a dar tudo de mim e a dar sempre valor aos estudos. Ensinaste-me que, com trabalho árduo, tudo se consegue e que devo sempre acreditar que é possível. Espero que estejas imensamente orgulhoso de mim.

Às minhas amigas, agradeço por terem vivido comigo todo este percurso, pelas conversas longas, conselhos intermináveis e por me fazerem rir nos momentos mais inconvenientes. Nunca me esquecerei de vocês.

Ao Tiago, agradeço por ter acreditado sempre em mim, por ter ouvido as minhas preocupações, vezes sem conta, e por me garantir que não importa o problema, tudo se resolve de alguma maneira. O caminho vai-se fazendo e, contigo, fica mais bonito.

Agradeço aos profissionais que entrevistei, que manifestaram, desde logo, disponibilidade e entusiasmo na participação neste estudo. Sem vocês, este estudo não seria possível.

Esta dissertação é uma das muitas provas de que tudo o que parece inalcançável, um dia, poderá tornar-se realidade.

Índice de Siglas

IA – Inteligência Artificial

OMS – Organização Mundial de Saúde

PTSD – *Post-Traumatic Stress Disorder* (Perturbação de Stress Pós-Traumático)

TAV – Técnico/a de Apoio à Vítima

TFSV – *Technology-Facilitated Sexual Violence* (Violência Sexual Facilitada pela Tecnologia)

VSBI – Violência Sexual Baseada em Imagens

Resumo

O presente estudo procurou explorar as opiniões, perceções e práticas de profissionais, nomeadamente técnicos/as de apoio à vítima e/ou psicólogos/as, sobre o fenómeno da violência sexual *online*. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a oito profissionais de serviços especializados na intervenção com vítimas de violência sexual. Os dados das entrevistas foram analisados através da Análise Temática, possibilitando a emergência de oito temas centrais: (1) As Dinâmicas da Violência; (2) O Papel do Ambiente Digital na Violência Sexual; (3) As Marcas da Exposição Pública *Online*; (4) Entre o Silêncio e a Procura de Ajuda; (5) A Intervenção Profissional Junto das Vítimas; (6) Desafios no Apoio Psicológico; (7) Limitações das Respostas à Vitimação e (8) A Prevenção da Violência Sexual *Online*.

Os resultados evidenciaram diferentes formas de violência, destacando-se a violência sexual baseada em imagens (VSBI). De acordo com os profissionais, a experiência de vitimação *online* é agravada pela permanência e pela rápida disseminação do conteúdo íntimo não consentido, bem como pela sua exposição pública. Perante a perda de controlo sobre a divulgação e visionamento dos conteúdos, as vítimas experienciam um elevado sofrimento psicológico, marcado, principalmente, por sentimentos de vergonha, autoculpabilização e medo do julgamento social. Paralelamente, os profissionais consideraram que a falta de formação mais especializada, respostas ineficazes das plataformas digitais e fragilidades a nível jurídico podem condicionar a proteção das vítimas. Os resultados reforçam a necessidade de respostas profissionais, legais, institucionais e preventivas mais ajustadas às necessidades das vítimas e adaptadas ao contexto digital da violência.

Palavras-chave: violência sexual *online*; violência sexual baseada em imagens; intervenção profissional; apoio às vítimas

Abstract

The purpose of this study was to explore the perceptions of professionals that work with victims regarding online sexual violence. Semi-structured interviews were conducted with eight professionals from specialized services providing support to victims of sexual violence. The data were analysed using Thematic Analysis. Eight main themes were identified: (1) The Dynamics of Sexual Violence; (2) The Role of the Digital Environment in Sexual Violence; (3) The Impact of Online Public Exposure; (4) Between Silence and Help-seeking; (5) Professional Intervention with Victims; (6) Challenges in Psychological Support; (7) Obstacles in Responding to Victims/ Sexual Victimization and; (8) The Prevention of Online Sexual Violence.

Professionals described multiple forms of sexual violence, with image-based abuse being particularly mentioned by the participants. According to professionals, the experience of victimization is intensified by the persistent and rapid dissemination of non-consensual sexual content, as well as by its public exposure. The resulting lack of control can lead victims to experience significant psychological distress, including feelings of shame, self-blame, and fear of social judgment. The professionals also considered that, due to lack of specialized training, ineffective responses by digital platforms, as well as legal limitations, the victims' protection may be compromised. The findings highlight the need for professional, legal, institutional and preventive responses that are tailored both to victims'needs and to the specific characteristics of the online environment.

Keywords: online sexual violence; image-based sexual violence; professionals' intervention; victim support;

Índice

Introdução **1**
A Violência Sexual Facilitada pela Tecnologia: Conceptualizações 1
O Impacto da Violência Sexual *Online* nas Vítimas 4
A Revelação da Violência e a Procura de Suporte Formal 5
O Apoio e a Intervenção dos Profissionais Junto das Vítimas 6
Método **7**
Objetivos do Estudo 7
Questões de Investigação 7
Metodologia 8
Instrumentos 8
Procedimentos 8
Participantes 9
Método de Análise de Dados 10
Apresentação e Discussão dos Resultados **11**
As Dinâmicas da Violência Sexual *Online* 11
Tipologias de Crime Mais Referenciadas *12*
A Relação entre a Vítima e o Agressor *12*
O Papel do Ambiente Digital na Violência Sexual 13
Oportunidades de Atuação dos Agressores *13*
A Continuidade da Vitimação *14*
As Marcas da Exposição Sexual *Online* 15
O Impacto Emocional *15*
O Impacto Traumático/Sintomatologia *16*
O Impacto Social *16*
Entre o Silêncio e a Procura de Ajuda 17
As Barreiras à Revelação da Violência *17*
Momento(s) *da Procura de Suporte Formal* *19*
Objetivos da Procura de Ajuda *19*
A Intervenção Psicológica Junto das Vítimas 20
Bases de Intervenção em Comum com a Violência Sexual Offline *20*
Adaptação das Abordagens ao Contexto Online *21*

Semelhanças com Intervenção Direcionada a Vítimas de Stalking *21*
Os Desafios no Apoio Psicológico 21
Exploração das Necessidades das Vítimas *22*
Gestão das Consequências da Violência *22*
Limitações das Respostas à Vitimação 23
Fragilidades da Resposta Judicial *23*
Desproteção das Vítimas pelas Plataformas Digitais *24*
Ausência de Capacitação Profissional *24*
A Prevenção da Violência Sexual *Online* 25
Prevenção Centrada na Potencial Vítima *25*
Prevenção Centrada no Agressor *25*
Conclusão **26**
Referências **28**
Anexos **34**
Anexo 1. Guião das Entrevistas Semiestruturadas 34
Anexo 2. Declaração de Consentimento Informado 36
Anexo 3. Mapa Temático da Análise 39
Anexo 4. Mapa Temático do Tema "As Dinâmicas da Violência Sexual *Online"* 40
Anexo 5. Mapa Temático do Tema "O Papel do Ambiente Digital na Vitimação Sexual". 41
Anexo 6. Mapa Temático do Tema "As Marcas da Exposição Sexual *Online"* 42
Anexo 7. Mapa Temático do Tema "Entre o Silêncio e a Procura de Ajuda" 43
Anexo 8. Mapa Temático do Tema "A Intervenção Psicológica Junto das Vítimas" 44
Anexo 9. Mapa Temático do Tema "Os Desafios no Apoio Psicológico" 45
Anexo 10. Mapa Temático do Tema "Limitações das Respostas à Vitimação" 46
Anexo 11. Mapa Temático do Tema "A Prevenção da Violência Sexual *Online*" 47

Introdução

A violência sexual é definida como qualquer ato ou tentativa de ato sexual, avanço, insinuação ou comentário sexual indesejados, atividade de tráfico ou prática perpetrada por uma pessoa, contra a sexualidade de outrem, independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer lugar, incluindo, mas não se limitando, à casa e ao local de trabalho (OMS, 2010).

À medida que a *Internet* assume uma posição de destaque no quotidiano dos indivíduos, as plataformas digitais têm sido cada vez mais usadas como ferramentas de abuso, assédio e violência, incluindo a violência sexual (Henry & Flynn, 2019).

Embora os profissionais de saúde mental reconheçam a gravidade deste crime e do impacto negativo que tem nas vítimas, fatores como a falta de formação, falta de recursos e de estratégias de intervenção adaptadas ao contexto *online,* podem vir a condicionar negativamente a resposta e o apoio oferecido (McArthur et al., 2025). Adicionalmente, os profissionais expressam sentimentos de preocupação e, até mesmo, de sofrimento, visto que, não detendo as orientações adequadas, receiam falhar na intervenção dirigida a estas vítimas (Martin, 2016).

Apesar de existirem múltiplos estudos que exploram a forma como os profissionais de saúde mental reconhecem e respondem a casos de violência sexual física, o mesmo não se verifica relativamente à violência perpetrada no ambiente digital (Dimitropoulos et al, 2022).

Tendo em conta a escassez de investigação qualitativa nesta área, torna-se evidente a importância de aceder às perspetivas dos profissionais sobre o fenómeno da violência sexual *online* no contexto português. A compreensão aprofundada das suas experiências permitirá consolidar o conhecimento acerca do impacto deste tipo de violência na vida dos indivíduos que dela são vítimas, das especificidades que a intervenção psicológica assume no contexto digital e das limitações e/ou desafios enfrentados na resposta às vítimas. Desta forma, pretende-se, com este estudo, contribuir para a melhoria das práticas profissionais, promovendo práticas mais eficazes, empáticas e ajustadas às necessidades das vítimas de violência sexual *online*.

A Violência Sexual Facilitada pela Tecnologia: Conceptualizações

Nos últimos anos, a proliferação das tecnologias digitais tem gerado novas dinâmicas, tanto nas relações interpessoais, em geral, como ao nível das relações sexuais de adolescentes e jovens adultos (Sampedro-Ferreirós et al., 2026).

De acordo com Henry & Flynn (2019), o crescimento da inteligência artificial e o aumento dos dispositivos com câmaras e acesso à internet, dos serviços de armazenamento e

dos serviços anónimos na *dark web* e na *deep web*, têm favorecido a prática de crimes sexuais em rede, em *sites* de pornografia, redes sociais, fóruns comunitários e plataformas de partilha de vídeos, frequentemente, de forma anónima e com impunidade. Os autores apontam ainda que a violência sexual *online* constitui uma problemática crescente, marcada pela facilidade na criação, partilha e descarregamento de conteúdos íntimos nas plataformas digitais.

Adicionalmente, o espaço digital possibilita, não só a vitimação dos indivíduos, como também a sua exposição pública, uma vez que as informações pessoais poderão, também, ser divulgadas (Huber, 2023). A permanência deste material poderá, ainda, levar à continuidade da violência, uma vez que não existe garantia da remoção definitiva dos conteúdos, podendo estar na posse de terceiros.

Ao longo do tempo, têm surgido, na literatura, inúmeras conceptualizações que procuram capturar a complexidade associada a este tema. Neste sentido, Henry & Powell (2015b) propuseram o termo: "violência sexual facilitada pela tecnologia" (*technology-facilitated sexual violence* – TFSV), para descrever a diversidade de comportamentos sexualmente abusivos facilitados pelas tecnologias digitais.

Segundo estes autores, o conceito engloba um conjunto de dimensões, nomeadamente, assédio sexual digital, assédio com base no género e/ou sexualidade, violência sexual baseada em imagens e agressão e/ou coerção sexual (Powell & Henry, 2019).

No que diz respeito ao assédio sexual digital, este inclui solicitações sexuais indesejadas ou mensagens, imagens e comentários, sexualmente explícitos, em meios tecnológicos, através de *emails*, chamadas telefónicas e/ou de vídeo ou, até, fóruns de discussão.

Em relação ao assédio com base no género e/ou sexualidade, este engloba comportamentos como comentários, mensagens e conteúdos ofensivos, em relação ao género ou identidade sexual de um indivíduo.

Relativamente à violência sexual baseada em imagens (VSBI), esta corresponde à criação de conteúdo explícito, envio deste a outras pessoas ou a sua publicação *online*, sem o consentimento do/a autor/a e/ou das pessoas envolvidas (Henry & Powell, 2018). Na literatura, este conceito surge muito associado ao fenómeno conhecido como *revenge porn* (ou pornografia de vingança), sendo, posteriormente, criticado por alguns autores. Neste contexto, este termo é considerado redutor por, não só, desviar o foco das consequências negativas para as vítimas (McGlynn & Rackley, 2017), como, também, por não incluir outras motivações dos agressores, tais como estatuto social, ganhos financeiros ou chantagem (Henry & Powell, 2015a). Além disso, este crime poderá, ainda, abranger a gravação de violações ou, até, a

manipulação de imagens ou vídeos, com recurso à inteligência artificial, como as *deepfakes* (Flynn et al., 2022).

Quanto à última dimensão, a agressão e/ou coerção sexual, ela engloba, essencialmente, três tipos de comportamentos. O primeiro diz respeito à coerção sexual ou *sextortion* (ou extorsão sexual), em que um agressor tenta chantagear, subornar ou ameaçar uma vítima, para se envolver em atos sexuais virtuais e/ou presenciais, ou, ainda, exigir o envio de conteúdo íntimo. O segundo tipo corresponde à utilização das plataformas digitais, para marcar um encontro com um indivíduo, posteriormente, agredindo-a sexualmente. Por fim, o terceiro tipo inclui as situações em que a tecnologia é utilizada na divulgação não consentida das imagens da própria agressão sexual, usada como forma de ampliar os danos decorrentes da agressão sexual, com a divulgação não consentida dessas imagens (Powell, 2010).

O crescimento das plataformas digitais pode, igualmente, contribuir para o aumento de casos de aliciamento de menores para fins sexuais (Manita, 2020). Neste contexto, embora o aliciamento sexual não esteja incluído na conceptualização anterior, poderá ser considerado um tipo de violência sexual *online*. Neste processo, um adulto recorre a ferramentas digitais para estabelecer contacto com um ou mais menores, pretendendo desenvolver interações de natureza sexual. Ao longo das conversas com a vítima, o agressor poderá marcar um encontro presencial, pedir informações sexuais sobre o/a jovem, proceder ao envio de conteúdo íntimo, solicitar o envio de pornografia infantil ou incentivá-lo/a ao envolvimento em atos sexuais *online*. (Branca et al., 2016).

Tal como O' Connell (2003) propôs, o aliciamento poderá seguir um conjunto de fases distintas entre si. Primeiramente, o agressor apresenta-se à potencial vítima, procedendo à recolha das suas informações pessoais e história de vida. Posteriormente, o ofensor procura aproximar-se, gradualmente, da vítima, assumindo um papel cada vez mais marcante na sua vida e consolidando, assim, a relação entre ambos. Seguidamente, o desenvolvimento da confiança e reciprocidade compreendem a etapa da exclusividade, na qual a vítima é incentivada a manter a relação em segredo. Por último, surge a fase sexual, que inclui a sexualização das conversas entre os dois, assim como as solicitações sexuais. É de notar que o laço afetivo que vai sendo desenvolvido vai sendo utilizado para manter a vítima na relação e conseguir a sua colaboração nos pedidos sexualizados, como o envio de material explícito ou em encontros físicos.

O Impacto da Violência Sexual *Online* nas Vítimas

No contexto da violência sexual facilitada pela tecnologia, as investigadoras Henry & Powell (2015b) propõem o conceito de *embodied harms* ("danos corporalizados"), que evidencia a forma como este tipo de violência pode danificar e perturbar o bem-estar psíquico e físico das vítimas, mesmo quando o seu corpo não é fisicamente agredido.

Este tipo de violência poderá envolver complexidades adicionais, influenciando, tanto a experiência, como o impacto dos atos abusivos, não devendo ser desconsiderado, comparativamente à violência presencial (Whittle et al., 2013). Esta questão torna-se igualmente importante ao refletirmos sobre crimes como o aliciamento sexual *online*, que poderá, ou não, culminar em contacto sexual, mas que, independentemente disso, poderá gerar consequências significativas.

Neste âmbito, Whittle et al. (2013) apresentaram um dos primeiros estudos que procurou explorar as vulnerabilidades e o impacto do aliciamento sexual *online*. Nas entrevistas realizadas a oito vítimas, os participantes relataram um conjunto de consequências advindas da experiência de aliciamento sexual *online*, ressaltando a perda de confiança e de autoestima, o sentimento de vergonha e de humilhação.

Muitas vítimas poderão também evitar contextos sociais, com receio de serem reconhecidos/as ou de encontrarem o agressor, contribuindo para o aumento do isolamento social e a deterioração das suas relações interpessoais (Huber, 2023).

O estudo de O'Malley (2023) analisou milhares de publicações, num fórum de apoio a situações de extorsão sexual *online*, demonstrando que, após a ameaça, as vítimas descreveram sentimentos de medo e ansiedade constantes, ataques de pânico, evitamento de contextos e convívios sociais, depressão e, até, tentativas de suicídio. O sentimento de autoculpabilização constituiu uma das reações mais comuns entre os participantes, tornando-se mais expressiva em situações em que a vítima já se encontrava numa relação amorosa.

As consequências poderão, ainda, ser exacerbadas quando estas vítimas enfrentam atitudes negativas e hostis por parte do seu contexto social e familiar (Henry et al., 2023). Neste sentido, as respostas sociais que culpabilizam as vítimas e desresponsabilizam o comportamento dos perpetradores poderão culminar na construção e na perpetuação de atitudes e discursos sociais problemáticos (Flynn et al., 2023).

A Revelação da Violência e a Procura de Suporte Formal

Muitas vítimas optam por permanecer em silêncio, não procurando apoio junto de amigos ou familiares, e por não recorrer a ajuda profissional, levando à continuidade da violência.

Neste âmbito, existem vários fatores que podem constituir barreiras à revelação do abuso por parte das vítimas. Algumas dessas barreiras incluem, por exemplo, a vergonha e culpa sentida pelo envolvimento, a perceção de ausência de apoio social e o medo de possíveis consequências negativas advindas da revelação, tanto para si, como para o agressor em questão (Lemaigre et al., 2017).

Também o estudo de Mitchell et al. (2025) evidenciou a presença de fatores como o medo de retaliação ou reações negativas, por parte de familiares, a minimização do impacto da violência, a culpa internalizada e a crença de que ninguém as poderia ajudar. De facto, quando as vítimas recebem uma reação negativa por parte da sua rede de suporte informal, posteriormente, hesitam mais antes de avançar para o suporte formal (Pijlman et al., 2025).

Além disso, o estudo de Mclocklin et al. (2025), que explorou as decisões e as experiências de revelação de violência sexual *online* de um conjunto de vítimas, revelou a forma como a perceção de estigma e a falta de conhecimento acerca dos serviços de apoio levaram as vítimas a não procurar ajuda profissional. Neste estudo, os participantes relataram sentir vergonha e embaraço e anteciparam que seriam responsabilizados e culpabilizados pelo crime, caso decidissem pedir apoio. Os autores indicaram também que, mensagens punitivas sobre o envio de conteúdo íntimo, poderão levar à estigmatização das vítimas, levando-as a internalizar sentimentos de culpa e vergonha, perpetuando o medo do julgamento e impedindo-as de pedir ajuda.

Adicionalmente, ao contrário da violência sexual *offline*, em que os mecanismos relativos à denúncia e à trajetória legal já são mais claros e consolidados, no meio digital, o cenário não é o mesmo, deixando as vítimas numa posição mais vulnerável (Mitchell et al., 2025). De acordo com McGlynn e Rackley (2017), estes casos enfrentam, frequentemente, um conjunto de fatores que poderão tornar os processos judiciais mais morosos e complexos, tais como a desatualização jurídica face às constantes evoluções tecnológicas, o enquadramento do crime em diferentes normas legais e, até, o envolvimento de vários agressores anónimos, localizados em jurisdições distintas.

Deste modo, devido à complexidade deste fenómeno, torna-se evidente a necessidade de maior educação e de campanhas de sensibilização que permitam um maior conhecimento

acerca deste tipo de violência, as repercussões da mesma e informação sobre a criminalização e os recursos de apoio disponíveis para as vítimas (Mclockin et al. 2025).

O Apoio e a Intervenção dos Profissionais Junto das Vítimas

Apesar de a violência sexual *online* culminar em consequências a longo prazo para as vítimas, podendo estender-se para além do momento inicial (Sorochinski & Borukhov, 2024), vários estudos evidenciam falhas no processo de denúncia e no apoio especializado a vítimas.

Neste sentido, o estudo de Martin (2016) demonstrou que profissionais que intervinham diretamente com vítimas de abuso sexual infantil, não se sentiam preparados para atuar junto de vítimas cujo abuso ocorre no ambiente digital. A falta de confiança devia-se, principalmente, a fatores como a ausência de formação, de protocolos e instrumentos adaptados a este tipo de crimes, podendo culminar na sub-identificação das vítimas e na perda de oportunidades de intervenção. Além disso, os profissionais ressaltaram, ainda, que, em situações de violência sexual baseada em imagens (VSBI), a permanência e a acessibilidade global das imagens dificulta a aplicação das abordagens tradicionais de avaliação e intervenção sobre o trauma, uma vez que se trata de uma vitimação contínua. Consequentemente, os profissionais revelaram-se incertos quanto à forma de abordar a experiência de vitimação e com receio de causar sofrimento adicional às vítimas.

Por sua vez, no estudo de McArthur et al. (2025) foram conduzidas entrevistas a profissionais que atuam na linha da frente da prevenção e da resposta ligada à violência sexual. Os resultados demonstraram que, embora os participantes reconhecessem a violência sexual *online* como uma forma de violência, persistem, ainda, lacunas nesta área de prestação de serviços. O estudo mostrou que os sistemas atuais não se encontram devidamente preparados para dar uma resposta adequada às vítimas deste crime, devido à escassez de recursos disponíveis e à falta de especialização dos profissionais. Os participantes salientaram, ainda, que as estratégias de resposta à violência sexual, por vezes, não consideravam a complexidade específica da violência sexual *online*, devido à sua natureza digital. Neste contexto, por exemplo, os planos de segurança que recorrem ao bloqueio de agressores, poderão revelar-se insuficientes, uma vez que estes podem facilmente criar contas, permitindo a continuidade da vitimação.

Por outro lado, O'Malley (2023) destacou que, nos fóruns de apoio, vítimas de extorsão sexual financeira são aconselhadas a cessar o contacto com o agressor, denunciando, posteriormente, o crime, tanto nas redes sociais, como nas autoridades. Contudo, após a denúncia, algumas das respostas recebidas pelas vítimas foram caracterizadas por julgamento

social, desvalorização ou ausência de apoio. Também as vítimas que tentaram denunciar, através de *websites* ou plataformas de apoio *online*, consideraram as respostas insatisfatórias (Walsh & Tener, 2022).

Em suma, a formação especializada, aliada a um trabalho multidisciplinar, contribui significativamente para a capacitação dos profissionais e para uma maior compreensão das repercussões deste tipo de violência, promovendo práticas mais seguras e mais ajustadas às necessidades das vítimas (Dimitropoulos et al., 2022). Esta necessidade de atualização dos serviços assume particular relevância, tendo em consideração o impacto da natureza persistente e o amplo alcance da violência facilitada pela tecnologia na vida das vítimas (McArthur et al., 2025).

Método

Objetivos do Estudo

Nas últimas décadas, graças ao crescimento exponencial das plataformas *online*, novas formas de violência e vitimação emergiram, desafiando os mecanismos tradicionais de intervenção junto de vítimas de violência sexual. Apesar de, no nosso país, as estatísticas revelarem, à semelhança dos dados internacionais, uma evolução deste tipo de violência sexual, este campo de estudo tem sido pouco explorado em Portugal. Verifica-se, assim, uma lacuna de conhecimentos, para a superação da qual pretendemos contribuir com o presente estudo.

Este tema tem como objetivo central, conhecer e compreender as experiências e perspetivas de profissionais que estejam a trabalhar, ou tenham já trabalhado, com vítimas de violência sexual *online*. A exploração, em profundidade, destas vivências e perceções será feita a partir das narrativas destes profissionais acerca da sua prática.

Questões de Investigação

Foi formulado um conjunto de questões orientadoras do nosso estudo, a saber: (1) Como é que os profissionais percecionam as suas práticas junto de vítimas de violência sexual *online*?; (2) De que forma os profissionais caracterizam o impacto desta forma de violência nas vítimas?; (3) Em que aspetos se diferencia, na sua perspetiva, da violência sexual *offline*?; (4) Quais são os principais desafios e obstáculos encontrados pelos profissionais na intervenção junto de vítimas de violência sexual *online*?

Metodologia

Tendo em vista o objetivo de conhecer, de forma aprofundada, os discursos, vivências e perceções dos profissionais em relação às suas práticas, aos desafios decorrentes das modalidades de violência sexual *online*, e, até, às limitações que enfrentam nessa intervenção, optamos por uma metodologia qualitativa, que nos permitisse proceder a uma análise rica e aprofundada da visão das participantes, em relação ao fenómeno em estudo (Tetnowski & Damico, 2001). Esta metodologia possibilita a exploração detalhada de um determinado tema, acedendo às experiências e aos significados atribuídos às mesmas pelos indivíduos (Braun & Clarke, 2013). Neste sentido, a metodologia qualitativa revelou-se a mais consonante com os objetivos do estudo e com a necessidade de conhecer, aprofundadamente, os discursos das psicólogas e/ou técnicas de apoio à vítima sobre a sua intervenção e prática profissional junto de vítimas de violência sexual *online*.

Instrumentos

No contexto desta metodologia, e tendo em consideração os objetivos do estudo, a entrevista semiestruturada foi selecionada como instrumento de recolha de dados.

A entrevista semiestruturada revela-se um instrumento apropriado, uma vez que permite aceder às perspetivas das participantes e oferece flexibilidade e autonomia à entrevistadora, para acrescentar e/ou adaptar questões, sem perder o foco do estudo (Ruslin et al., 2022). Neste contexto, torna-se possível a exploração de temas que surjam espontaneamente durante as entrevistas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das experiências das participantes, em vez da produção de conhecimento generalizável a um grande grupo de pessoas (McGrath et al., 2019).

A leitura e análise da literatura disponível acerca da violência sexual *online*, bem como do impacto negativo desta violência nas vítimas e as práticas profissionais adotadas no âmbito da intervenção, revelaram-se cruciais para a construção do guião de entrevista utilizado (cf. Anexo 1). Antes da sua concretização, o presente estudo foi submetido à apreciação pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo sido aprovado.

Procedimentos

Relativamente ao processo de recrutamento das participantes, procedeu-se à divulgação do estudo, por *email*, junto de associações e instituições que prestam apoio psicológico a vítimas de violência sexual. Foram, ainda, utilizadas redes sociais, como o *Instagram ou Facebook*, com o intuito de facilitar o contacto direto com mais profissionais, pedindo o seu apoio, tanto

na participação, como na divulgação do estudo junto de colegas de profissão, numa lógica de recrutamento por "efeito bola de neve".

As entrevistas, com duração média de 45 minutos, foram conduzidas entre os meses de maio e junho de 2026, em formato *online,* através da plataforma *Zoom*, seguindo as preferências e disponibilidade das participantes.

Inicialmente, foram apresentados os objetivos e procedimentos do estudo, sendo a Declaração de Consentimento Informado (cf. Anexo 2) enviada, também, às participantes. Primeiramente, procedeu-se ao preenchimento deste documento, momento no qual cada participante teve oportunidade de esclarecer as dúvidas ou questões que tivesse, tomando conhecimento das condições de participação no estudo, assim como dos seus objetivos. Desde o início, foi sublinhado que a participação no estudo seria voluntária e que as participantes teriam o direito de recusar responder a qualquer questão ou de desistir da sua participação no estudo, a qualquer momento, sem consequências para si ou necessidade de justificar a sua decisão. Foram, também, asseguradas as questões do anonimato e da confidencialidade das respostas, que se destinam, exclusivamente, a fins científicos. Além disso, foi reiterado o pedido de confirmação da autorização para a gravação do áudio da entrevista. Só uma participante informou que, naquele momento, não teria possibilidade de assinar digitalmente o Consentimento Informado. Apesar disto, sublinhou, tanto por escrito (através de um *email*), como por áudio (na própria entrevista por *Zoom*) que tinha lido e aceitado as condições presentes na Declaração do Consentimento Informado, aceitando participar no mesmo.

Por fim, as participantes puderam, ainda, manifestar interesse em receber a devolução dos resultados do estudo, após a apresentação pública e defesa da dissertação.

Participantes

A escolha das participantes teve em conta os critérios de inclusão no estudo, que englobava indivíduos com idade superior a 18 anos, com experiência atual, ou prévia, no acompanhamento ou intervenção em casos de vitimação sexual *online*, seja de crianças, seja de adultos (e.g., psicólogos/as e/ou técnicos/as de apoio à vítima), e que estivessem dispostos a partilhar a sua experiência com a investigadora.

No total, integraram o estudo oito participantes, com idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos. Apesar de descreverem percursos profissionais com trajetórias distintas, todas as participantes do estudo possuíam grau de Mestre em Psicologia e Formação de Técnica de Apoio à Vítima (TAV), obtidos em Portugal. À data da entrevista, a participante E6 encontrava-se a frequentar um Doutoramento.

No que diz respeito à área de especialização, as participantes E1, E4 e E7 concluíram o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Já as participantes E5, E6 e E8 revelaram possuir Mestrado em Psicologia da Justiça e da Desviância. Por fim, a participante E3 formou-se na área de Mestrado em Psicologia da Educação e a participante E2 concluiu o Mestrado em Psicocriminologia (curso atualmente inativo).

Até à data da realização das entrevistas, todas as participantes atuavam como psicólogas em centros de atendimento psicológico, tendo já intervindo com vítimas de violência sexual *online*. Adicionalmente, duas participantes possuíam outras funções, nomeadamente, a participante E3, que desempenhava funções como psicóloga, em contexto escolar, e a participante E6, como coordenadora de uma resposta de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica. Relativamente à experiência profissional das participantes, o tempo de exercício nas atuais funções variava entre 2 e 15 anos.

Método de Análise de Dados

Na presente investigação, a abordagem selecionada para analisar os dados obtidos foi a análise temática, proposta por Braun e Clarke (2006). Segundo estes autores, esta metodologia tem como objetivo identificar, analisar e relatar padrões nos dados da investigação. Deste modo, demonstra ser uma abordagem útil em investigações como esta, que pretendem aceder e explorar as experiências, significados e perceções das participantes de forma detalhada e rica (Braun & Clarke, 2006).

Considerando as questões de investigação e os objetivos propostos, o estudo foi orientado pelo paradigma do construcionismo social, possibilitando a exploração das diferentes perceções e práticas dos profissionais sobre a violência sexual *online*. Esta perspetiva defende que os significados são socialmente produzidos e reproduzidos, fazendo parte de um processo fluído e dinâmico (Khan & MacEachen, 2021). O construcionismo social enfatiza também a reflexividade, incentivando a investigadora a reconhecer que as suas perspetivas influenciam a forma como interpretam o mundo à sua volta. Neste caso, importa considerar que a investigadora realizou um estágio curricular numa estrutura de apoio a vítimas de violência, experiência que poderá ter reforçado o interesse por este tema e moldado o processo de análise dos dados.

Ao considerar os discursos das participantes, a investigadora pode reconhecer e articular os diferentes pontos de vista na construção do conhecimento (Ide & Beddoe, 2024). Desta forma, a transparência e autoconsciência crítica são também indispensáveis para reforçar a credibilidade da análise e da investigação (Ozuem et al., 2025).

Relativamente ao processo de análise temática, este seguiu seis passos, tal como proposto por Braun & Clarke (2006, 2013). No primeiro passo, relativo à familiarização com os dados, tornou-se essencial a transcrição e leitura atenta das entrevistas, identificando as ideias mais relevantes nas narrativas das participantes. A etapa seguinte, de produção dos primeiros códigos, consistiu na identificação de padrões presentes nos dados e na codificação dos mesmos. Já na terceira fase, procedemos à pesquisa de temas, durante a qual os códigos gerados anteriormente foram agrupados em temas, considerando os significados partilhados. Seguidamente, avançamos para o quarto passo, denominado de revisão dos temas, em que se procedeu à revisão e refinamento dos temas, avaliando a sua coerência com os dados. Avançamos, depois, para a definição e nomeação dos temas, etapa na qual se aperfeiçoa os temas e se atribui um nome descritivo do mesmo. A última fase correspondeu à produção do relatório, em que se selecionou os dados mais relevantes e ilustrativos acerca do fenómeno em estudo e excertos dos relatos das participantes. Adicionalmente, utilizou-se mapas temáticos para representar cada tema e subtemas adjacentes, presentes na secção relativa aos Anexos.

Neste estudo, foi, ainda, adotada uma abordagem maioritariamente indutiva, uma vez que os temas em análise não se encontravam predefinidos, resultando da análise das próprias narrativas das participantes, possibilitando uma maior proximidade aos seus relatos.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Através da análise dos testemunhos das participantes, tornou-se possível a identificação de oito temas centrais, em torno do organizador central "As Perceções das Profissionais sobre a Violência Sexual *Online*": As Dinâmicas da Violência Sexual *Online*; O Papel do Ambiente Digital na Violência Sexual; As Marcas da Exposição Sexual *Online*; Entre o Silêncio e a Procura de Ajuda; A Intervenção Psicológica Junto das Vítimas; Os Desafios no Apoio Psicológico; Limitações das Respostas à Vitimação e A Prevenção da Violência Sexual *Online* (cf. Anexo 3).

As Dinâmicas da Violência Sexual *Online*

A condução das entrevistas permitiu conhecer a diversidade de crimes e contextos e dinâmicas relacionais em que estes ocorrem, na prática dos profissionais de saúde mental. A partir destas informações, foi definido o tema "As Dinâmicas da Violência Sexual *Online*", que

integra dois subtemas: "Tipologias de Crime Mais Referenciadas" e "A Relação entre a Vítima e o Agressor" (cf. Anexo 4).

Tipologias de Crime Mais Referenciadas

Este subtema pretende descrever os tipos de violência sexual *online* mais frequentemente identificados pelas participantes no seu contexto profissional, destacando-se expressivamente a VSBI, ou seja, a "violência sexual baseada em imagens" (E6: "*Recordo-me de uma situação em particular em que a senhora tinha as suas imagens íntimas divulgadas num grupo onde estavam registadas algumas pessoas e essas imagens estavam nesse grupo").*

Houve, também, referência ao crime de "extorsão sexual *online*", sendo mencionado por três participantes (E4: *"Quando falamos de violência sexual online, diria que praticamente todos os casos que recebemos foram casos de extorsão sexual").*

Já outras três participantes referiram que, na sua prática profissional, se deparam com "combinação de tipologias de violência", não existindo uma tipologia de forma isolada (E7: "*Dentro da violência sexual online há várias categorias e, normalmente, nunca é só uma sozinha").*

Uma das participantes exemplifica a ligação entre o crime de aliciamento sexual *online* e a VSBI (E2: "*A partilha não consentida de imagens acontece muito neste aliciamento também. Com o aliciamento online, muitas vezes, os agressores começam, inclusive, por pedir imagens, antes de pedir um encontro")*.

Neste contexto, McGlynn & Rackley (2017) defendem que este tipo de violência deverá ser interpretado, não como um conjunto de crimes isolados, mas como parte de um padrão contínuo da violência sexual experienciada por mulheres ao longo da sua vida. É de notar que todas estas formas de violência implicam a violação de direitos fundamentais à autonomia sexual, à integridade, dignidade e à expressão sexual e podem ser percecionadas como diferentes manifestações de desigualdades estruturais de género, expressas e agravadas pelas tecnologias digitais usadas contra as mulheres.

A Relação entre a Vítima e o Agressor

Já o subtema denominado "A Relação Entre a Vítima e o Agressor", procurou caracterizar o contexto relacional entre a vítima e o agressor, segundo a experiência das participantes. Neste sentido, a maioria das participantes referiu que estes crimes tendem a ocorrer no contexto de "relações virtuais", nas quais as vítimas mantêm contacto com indivíduos cuja identidade real desconhecem (E7:" *Estas relações virtuais (...) não se conhecem pessoalmente e depois essas pessoas, utilizam essas imagens para extorquir").*

Em contrapartida, algumas participantes referiram que a violência pode também ocorrer no seio de "relações íntimas", sendo o/a agressor/a, o/a parceiro/a atual da vítima (E3: "*É pelo parceiro da vítima, normalmente, ou seja, eles têm vídeos, fotos de momentos íntimos e o rapaz que está a participar num momento íntimo partilha isto com os colegas").*

Por fim, três participantes revelaram já ser comum encontrar casos de vitimação sexual *online*, em que o agressor era o/a ex-parceiro/a da vítima, emergindo o código "ex-relacionamentos" (E6: *"Isto acontece muito, até, depois das relações, portanto, depois de a vítima pedir o afastamento ou o divórcio da relação").*

De igual forma, Henry & Powell (2015a) descrevem que, frequentemente, os agressores filmam conteúdo sexual do/a parceiro/a romântica ou, até, situações em que a vítima "aceitou" a captação das suas imagens íntimas, no seio de uma relação previamente abusiva, na qual recusar, não constituía uma opção segura. Noutros contextos, os perpetradores podem ameaçar divulgar o conteúdo íntimo da vítima (captado com ou sem o seu consentimento) juntos dos seus filhos ou de membros da família, caso esta decida avançar com procedimentos legais.

O Papel do Ambiente Digital na Violência Sexual

Nas narrativas das participantes, este tema surgiu da perceção de que o ambiente digital poderá assumir um papel importante na prática dos crimes, subdividindo-se nos seguintes subtemas: "Oportunidades de Atuação dos Agressores" e "A Continuidade da Vitimação" (cf. Anexo 5).

Oportunidades de Atuação dos Agressores

Este subtema pretende descrever os fatores que tornam as plataformas digitais espaços preferenciais para a ocorrência de crimes sexuais, facilitando a atuação dos perpetradores. Um dos códigos mais vezes mencionado denomina-se "perceção de anonimato e de impunidade", uma vez que a ocultação da identidade no espaço virtual dificulta a responsabilização dos agressores e potencia a prática do crime (E5: *"Eu posso dizer o que eu quiser, ninguém está vendo a minha cara, não é? (...) Imagina por trás de um ecrã, em que eu sinto que posso fazer tudo").*

Esta perceção de anonimato e de impunidade é referida, também, em estudos abordados anteriormente que alertam para os perigos decorrentes dos avanços das tecnologias digitais (Henry & Flynn, 2019). De igual forma, Stonard (2020) refere que os agressores, na *Internet*, se tornam mais confiantes e mais competentes para atuar, por detrás de um ecrã, de forma anónima, instantânea e constante.

Adicionalmente, o código "maior acessibilidade a vítimas" também ganha relevo no relato de três participantes (E2: *"A violência sexual online tem o potencial de aumentar muito esta tipologia de crime, porque há uma enorme acessibilidade, não é?).*

Embora apenas mencionado por uma participante, o código denominado "comunidades misóginas *online*", demonstra que determinados grupos *online* partilham estratégias e incentivam comportamentos sexualmente abusivos contra as mulheres (E2: *"A manosfera promove determinadas dinâmicas que, depois, são transferidas para Telegram, WhatsApp (...) Aprendem uns com os outros e partilham estratégias")*.

Do mesmo modo, Henry & Flynn (2019) mencionam que certas crenças, atitudes, valores e práticas são reforçadas nas comunidades ilícitas *online*. Nestas comunidades são incentivados comportamentos de humilhação, assédio e de objetificação sexual feminina, de forma a obter gratificação sexual e estatuto social. Além de facilitarem a distribuição de conteúdo íntimo não consentido, neste tipo de plataformas torna-se menos provável que os indivíduos descubram que foram vítimas de um crime.

A Continuidade da Vitimação

Este subtema inclui as características do ambiente digital que são identificadas pelas participantes como podendo levar ao prolongamento da violência. Neste contexto, a maioria das participantes relatou que os meios tecnológicos possibilitam tanto a "disseminação rápida de informação (E7: "*Há uma rapidez muito grande em como os conteúdos se espalham")*, como também, a "permanência dos conteúdos *online*" no espaço virtual (E6: "Pode *chegar a um conjunto de pessoas e depois a informação que cai na net é muito difícil de ser retirada").*

Devido a uma maior dificuldade em controlar a circulação e remover o conteúdo, estas situações levam a uma "perda de controlo sobre a circulação", sendo este código mencionado também pela maioria das participantes (E1: "*Muito facilmente as pessoas perdem o controlo da situação").*

Com o aumento da disseminação do conteúdo, o conhecimento da experiência traumática torna-se mais abrangente, havendo um "aumento da exposição pública". Uma das participantes refere, ainda, que o conteúdo íntimo poderá ficar associado à vítima em questão durante muito tempo, mesmo após a sua circulação inicial (E3: "S*e passo por uma das raparigas que eu sei que o vídeo dela na minha adolescência andou a circular, eu olho para ela e a primeira coisa que eu penso é: 'ok, eu sei que tu tens um vídeo que andou a circular', e isso nunca desaparece").*

Estes resultados vão ao encontro de outros estudos (Henry & Flynn, 2019), que sublinham que, sendo um espaço em crescente expansão e com uma circulação rápida da informação, após a divulgação de determinados conteúdos, poderá ser difícil garantir a remoção dos mesmos ou impedir a continuidade da partilha e da acessibilidade aos ficheiros.

As Marcas da Exposição Sexual *Online*

O terceiro tema procurou caracterizar as perspetivas dos profissionais quanto às consequências que as vítimas de violência sexual *online* experienciam. Os relatos das participantes demonstraram uma compreensão da gravidade das repercussões da violência sexual *online*, contrastando com a tendência de normalização e desvalorização das repercussões, devido à frequência com que ocorre no quotidiano das mulheres (Rindestig et al., 2025). Este tema divide-se nos seguintes subtemas: "Impacto Emocional"; "Impacto Traumático/Sintomatologia" e "Impacto Psicológico" (cf. Anexo 6).

O Impacto Emocional

Na análise das entrevistas, tornou-se percetível que o impacto emocional é aquele mais frequentemente identificado pelos profissionais, sobretudo, o "sentimento de vergonha", ligado à falta de privacidade e à exposição pública indesejada (E7: *"Há uma questão que é a vergonha. A pessoa sente-se muito desamparada, de repente, tens meio Portugal a ver no teu corpo")*.

Esta conclusão encontra-se em consonância com os estudos mencionados anteriormente (Whittle et al., 2013), que sublinham a prevalência de sentimentos de vergonha e humilhação nas vítimas que poderá agravar-se, quando a experiência de vitimação se torna pública.

Adicionalmente, este sentimento poderá estar, também, ligado ao "medo do julgamento social", mencionado por quatro participantes (E4: *"Nós sentimos muito isto da parte dos sobreviventes, este medo de dar este passo e de serem julgados").*

Também a autoculpabilização surge como uma consequência emocional central no estudo, uma vez que as vítimas poderão autorresponsabilizar-se pela posterior divulgação pública e as suas consequências (E4: *"há a sensação de 'eu é que fiz isto a mim próprio, eu é que partilhei o conteúdo, portanto, eu é que tenho culpa por me estarem a pedir 10 mil euros'").*

Estes resultados encontram-se, mais uma vez, em sintonia com a literatura, nomeadamente, com o estudo anterior de O'Malley (2023) que destaca a autoculpabilização sentida pelas vítimas. Também o estudo conduzido por Mandau (2021) demonstrou que vítimas tendem a atribuir a responsabilidade da vitimação aos seus próprios erros, escolhas consideradas "estúpidas" e à sua própria ingenuidade.

Por fim, três participantes destacaram o sentimento de impotência sentido pelas vítimas face à disseminação descontrolada dos seus conteúdos, dando origem ao código com o mesmo nome: (E1: *É saber que, realmente, para já, não tem maneira daquele conteúdo desaparecer, ou até mesmo condenar aquela pessoa. Portanto, é um sentimento de impotência muito grande").*

Outros estudos anteriores, nomeadamente revisões sistemáticas, evidenciam igualmente que as vítimas de violência sexual baseada em imagens podem experienciar sentimentos persistentes de tristeza e desesperança, podendo, em alguns casos, evoluir para ideação suicida (Schmidt et al., 2024).

O Impacto Traumático/Sintomatologia

Decorrente da vivência traumática, as vítimas podem vir a lidar com impacto traumático/sintomatologia, destacando-se, principalmente, a "sintomatologia ansiosa" nos testemunhos das participantes. Destaca-se particularmente o constante estado de alerta das vítimas e a sua "hipervigilância" perante uma possível ameaça, mencionado por quatro participantes (E4: "*Há um constante estado de alerta e a sensação de que a qualquer momento telemóvel vai tocar, a qualquer momento alguém vai dizer que viu aquele vídeo").*

De acordo com as participantes, a "sintomatologia depressiva" constitui uma consequência sentida por muitas vítimas. Neste âmbito, as vítimas poderão vir a desenvolver ruminação, uma vez que começam a ter pensamentos repetitivos acerca da violência experienciada (E5: "*Ela vai pensar só naquilo, o medo, a culpa… 'porque é que me expus, me pus a jeito?'").*

Por último, três participantes ressaltaram que, nos casos que acompanharam, as vítimas desenvolveram stress pós-traumático, decorrente da experiência de violência (E8: *"Nós sabemos que a maior parte das vítimas de violência sexual acaba por desenvolver perturbação de stress pós-traumático").*

Neste contexto, à semelhança do estudo de O'Malley (2023), que identificou a sintomatologia depressiva e ansiosa como consequências frequentes da vitimação sexual, nas entrevistas conduzidas por Bates (2017) identificou-se, igualmente, a presença dessa sintomatologia entre vítimas de violência sexual baseada em imagens (VSBI).

O Impacto Social

As participantes revelaram, ainda, que a violência sexual *online* poderá gerar repercussões sociais significativas, nomeadamente, três participantes destacaram que as vítimas

poderão ter "dificuldade em confiar nos outros" (E5: *"Pois, 'eu me fecho, eu não tenho mais rede social, eu não confio em ninguém'").*

Neste contexto, também o "isolamento social" foi uma consequência interpessoal referida por metade das participantes (E1: "*Eu noto mais este isolamento, mais esta dificuldade em confiar, por um lado").*

Segundo cinco participantes, as vítimas poderão, ainda, experienciar "medo de serem reconhecidos/as" e da potencial exposição pública afetar negativamente as suas relações interpessoais (E6: *"Depois tem receio de ser reconhecida, o receio dos filhos terem conhecimento e terem acesso àquele conteúdo").*

A literatura também mostra que algumas vítimas desenvolvem uma profunda perda de confiança nas relações interpessoais, adotando uma postura de desconfiança perante os outros, reforçando comportamentos de isolamento. Estas vítimas tendem, ainda, a perspetivar o ambiente digital como uma fonte de ameaça, podendo vir, também, a evitar a sua presença *online* (McGlynn et al., 2021).

Entre o Silêncio e a Procura de Ajuda

O quarto tema explorou tanto os fatores que dificultam a revelação do abuso, como as características do processo de procura de apoio profissional, dividindo-se nos seguintes subtemas: "Barreiras à Revelação da Violência"; "Momento(s) da Procura de Suporte Formal"; "Objetivos da Procura de Suporte Formal" (cf. Anexo 7).

As Barreiras à Revelação da Violência

O presente estudo evidenciou que as participantes consideram que existem razões que levam as vítimas a permanecer em silêncio após a violência, identificando "barreiras emocionais" e "barreiras cognitivas".

Relativamente às "barreiras emocionais", estas traduzem as reações emocionais que impedem a revelação do abuso e constituem as principais barreiras relatadas pelas participantes do estudo. Destaca-se, particularmente, o "sentimento de vergonha" (E5: A *vergonha era tão grande que ela disse: 'eu não quero nem ter apoio psicológico'").* Uma das participantes associa a vergonha experienciada pelas vítimas ao facto de a sexualidade permanecer, em determinados contextos socioculturais, como um tema tabu, podendo vir a intensificar a vergonha sentida (E1: *"O que eu noto é esta questão de que 'a sexualidade foi sempre vista como uma questão muito íntima, muito tabu, muito resguardada, e que é muito difícil para mim eu assumir a minha própria sexualidade'").*

Neste contexto, Henry & Powell (2018) ressaltam que "as formas de violência sexual *online* e assédio sexual *online* estão igualmente enraizadas nas crenças e atitudes socialmente construídas sobre género e sexualidade (incluindo a culpabilização da vítima e estigmatização), assim como as motivações de poder e de controlo do próprio perpetrador" (p. 205).

Também o código "medo do julgamento social" foi mencionado pela maioria das participantes, podendo advir da antecipação da reação negativa, não só dos profissionais de saúde mental, como, também, do próprio sistema de justiça (E8: *"Têm muito este medo deste julgamento, e depois também o que eu noto é que também há esta descrença muito grande no próprio sistema de justiça").*

Estes dados vão ao encontro do estudo de Martínez-Díaz et al. (2026) cujos relatos das vítimas sugeriram que, o receio de não serem ouvidas e valorizadas pelos profissionais, influenciava as suas expectativas relativamente ao apoio formal.

Por último, o código "autoculpabilização" foi, também, um dos mais mencionados pelas participantes (E4: *"Este discurso de 'como é que eu fui tão burro e partilhei esta imagem (...) como é que eu pude fazer isto?'").*

Neste âmbito, torna-se importante sublinhar que, neste tipo de violência, poderá existir a distinção entre "boas vítimas" e "más vítimas" (Krieger, 2016). De acordo com esta ideia, as mulheres ou raparigas que escolhem enviar voluntariamente conteúdo explícito não são consideradas vítimas legítimas pela sociedade, ao contrário das que foram alvo de chantagem. Esta separação, além de culpabilizar as vítimas, poderá reduzir a confiança das mesmas para reagirem e procederem à denúncia dos crimes.

As barreiras de natureza cognitiva influenciam, também, o processo de decisão relativo à revelação. Apesar do aumento deste tipo de crimes, duas participantes ressaltam que, em relações íntimas, alguns comportamentos sexuais abusivos não são reconhecidos como tal pelas vítimas (E5: *"Em muitas relações íntimas as mulheres passam por violência sexual sem saber")*.

De acordo com Martínez-Díaz et al. (2026), muitas mulheres só se apercebem anos mais tarde, que foram vítimas a partir de conversas com outras mulheres, ou de uma maior compreensão acerca de conceitos como o consentimento e limites pessoais.

Algumas participantes revelaram, ainda, que as vítimas, frequentemente, minimizam a sua experiência traumática (E8: *"a ideia de que não é preciso pedir ajuda, de que o que sentem não deve ser assim tão grave, porque poderia ser sempre pior").*

Nestas situações, Gosse (2022) refere que a minimização constitui um mecanismo usado pelas vítimas para se convencerem de que as situações experienciadas "não são assim tão

graves". Estas situações poderão ainda atender aos interesses das instituições, neste caso, as plataformas digitais, que de outra forma, poderiam ser responsabilizadas pela falta de proteção dos utilizadores.

Momento(s) da Procura de Suporte Formal

Este subtema procura compreender o(s) momento(s) em que as vítimas decidem procurar suporte formal, procurando compreender os fatores e circunstâncias que conduzem a essa mesma decisão.

Neste estudo, todas as participantes revelaram que, geralmente, as vítimas recorrem aos serviços de apoio psicológico, quando a violência aumenta de intensidade e estas enfrentam uma "incapacidade de gestão autónoma da violência" (E1: *"Quando a pessoa nota que o impacto que isto teve nela ela já não está a conseguir gerir como quer, de uma forma autónoma, sozinha, há um pedido de ajuda").*

Uma participante refere, também, que a procura de suporte formal ocorre quando existe uma "perceção de maior risco ou de ameaça", geralmente, após a rutura de uma relação (E6: *"São situações em que estão a sair de casa, em que estão a abandonar a relação e que percebem que até pode existir uma ameaça").*

Esta perspetiva é corroborada pela literatura, visto que investigações anteriores apontaram que a intensidade dos episódios, assim como as consequências decorrentes da vitimação *online*, podem levar as vítimas a procurar suporte formal (Mumford et al., 2023). De igual forma, o estudo de Colburn et al. (2023) conclui que, embora as denúncias da violência sexual *online* permaneçam baixas, as vítimas geralmente procuram ajuda quando experienciam momentos de maior sofrimento emocional.

Objetivos da Procura de Ajuda

As vítimas de violência sexual apresentam diferentes expectativas quando recorrem aos serviços de apoio psicológico, de acordo com as suas próprias necessidades. Neste contexto, surgiu o subtema denominado "Objetivos da Procura de Ajuda".

A maioria das participantes referiu que se deparam com mais pedidos de vítimas que desejam cessar imediatamente a circulação dos conteúdos íntimos (E4: *"A procura é: ´eu estou a ser alvo deste crime, ajudem-me, o que é que eu posso fazer? Pago, não pago, tento negociar, não tento negociar, falo, vou procurar ajuda, denuncio à polícia ou não denuncio?´").*

Na literatura, a urgência das vítimas em remover imediatamente os conteúdos íntimos divulgados *online*, é igualmente identificada como um dos comportamentos mais comuns

nestas situações (Piljman et al., 2025), sendo descrito por Siegel et al. (2025) como uma forma de tentar controlar os danos reputacionais.

Por outro lado, quatro participantes do estudo referiram que as vítimas, frequentemente, procuram "apoio psicológico continuado", principalmente, como uma forma de lidar com as repercussões psicológicas da violência (E8: *"Tentam, aqui, de alguma forma, perceber como é que podem realmente trabalhar estas consequências emocionais, após a violência sexual online").*

Apenas duas participantes partilharam que, em determinados casos, a procura de ajuda, por parte das vítimas, poderá partir do desejo de obter "apoio jurídico" principalmente, em situações de extorsão sexual (E2*"Na extorsão sexual, procuram ajuda mais de um advogado, que é quase ´o que eu faço com isto? ´, do que propriamente apoio psicológico*").

Também estudos anteriores evidenciam que o desejo de obter justiça ou a responsabilização do agressor constitui uma das razões e motivações que levam as vítimas a procurar apoio profissional (Pijlman et al., 2025).

A Intervenção Psicológica Junto das Vítimas

O seguinte tema procurou caracterizar as abordagens utilizadas pelos profissionais no acompanhamento psicológico destas vítimas, originando subtemas como: "Base de Intervenção Comum com a Violência Sexual *Offline*"; "Adaptação das Abordagens ao Contexto *Online*": e "Semelhanças com Intervenção Direcionada a Vítimas de *Stalking*" (cf. Anexo 8).

Bases de Intervenção em Comum com a Violência Sexual Offline

Neste subtema, as participantes mencionaram que, no âmbito da abordagem terapêutica com vítimas de violência sexual *online*, ou de violência sexual *offline*, existem bases comuns na intervenção, nomeadamente, a avaliação e intervenção ligadas aos sintomas de stress pós-traumático (PTSD) (E2: *"É a expressão sintomática, é que emoções é que estão associadas e, aí, a intervenção é muito similar (...) E estar muito bem informados sobre trauma e intervenção").*

Neste âmbito, poderia revelar-se igualmente importante intervir, também, na reestruturação de crenças, tal como evidencia a participante E5 (E5: *"Caem crenças no sentido da sobregeneralização, ou seja, 'todo mundo vai-me julgar', a catastrofização, 'nunca mais vou-me relacionar com ninguém pela internet, porque todas as pessoas que estão na internet".*

Segundo Kip et al. (2025), a Terapia Cognitivo-Comportamental Focada no Trauma demonstra ser uma das abordagens mais adequadas no tratamento de *PTSD,* abrangendo a

estabilização e a regulação emocional do indivíduo, assim como o processamento do trauma, a reestruturação cognitiva, a psicoeducação e a prevenção da recaída (Cohen et al., 2017). Apesar disso, Martin (2016) indica desafios específicos na aplicação desta abordagem aos casos de violência sexual *online*. Neste contexto, destaca que, devido à circulação persistente dos conteúdos íntimos, torna-se difícil a criação da sensação de segurança na vítima, não havendo a possibilidade de delimitar temporalmente a experiência abusiva. Adicionalmente, a reestruturação cognitiva poderá demonstrar ser igualmente complexa, uma vez que continua a existir uma ameaça real.

Adaptação das Abordagens ao Contexto Online

As participantes consideraram ainda que os profissionais devem estar familiarizados com as características da vitimação sexual *online*, conhecendo aspetos como: "conhecimento da resposta judicial ao crime" e da própria "reação social" ao mesmo (E2: *"É saber algumas especificidades (...) de como é que, depois, a sociedade vê isto, não é? Como é que a justiça vê isto? (...) temos de estar muito bem informados sobre estes fenómenos").*

Algumas participantes destacaram a necessidade de ajustar o processo de "avaliação e gestão da segurança e de riscos" *online* (E4: *"Há especificidades acerca do tipo de violência, por exemplo, na redução de riscos, se a vítima está em perigo, não está em perigo, no fundo, como manter-se segura no futuro").*

Deste modo, um conhecimento aprofundado acerca das características deste tipo de violência e o reconhecimento das repercussões da mesma revela ser imprescindível para uma intervenção ajustada à experiência de cada vítima (Sorochinski & Borukhov, 2024).

Semelhanças com Intervenção Direcionada a Vítimas de Stalking

Uma das participantes estabelece uma aproximação desta intervenção àquela utilizada com vítimas de *stalking,* uma vez que os agressores *online* podem criar a sensação de omnipresença na vida das vítimas (E2: *"A minha intervenção é muito similar com sobreviventes de stalking. Porque há esta sensação de estarem a ser perseguidas a toda a hora").*

Os Desafios no Apoio Psicológico

O tema "Os Desafios no Apoio Psicológico" engloba as principais dificuldades que as participantes enfrentam na intervenção psicológica junto das vítimas e inclui os seguintes subtemas: "Exploração das Necessidades das Vítimas" e "A Gestão das Consequências da Violência" (cf. Anexo 9).

Exploração das Necessidades das Vítimas

Este subtema evidenciou as dificuldades encontradas por dois profissionais, ligadas à compreensão das motivações das vítimas no envio do conteúdo íntimo e à identificação das necessidades associadas a esse tipo de comportamento (E3: *"É muito complicado trabalhar-se o porquê (...) há uma razão por trás que tem que ser trabalhada").*

De acordo com Van Ouytsel et al. (2017) as vítimas, frequentemente, enviam, inicialmente, o conteúdo íntimo não porque desejam fazê-lo, mas porque se sentem pressionadas, uma vez que têm receio de perder o/a parceiro/a ou desejam manter uma relação romântica. Também o sentimento de exclusão por parte dos amigos e a baixa autoestima das vítimas poderão estar na base da procura de validação no ambiente digital (Rindestig et al., 2025).

Gestão das Consequências da Violência

A maioria das participantes referiu que um dos grandes desafios que enfrentam na sua prática profissional é a "gestão das consequências da violência", principalmente, "a imprevisibilidade da ameaça" que as vítimas inevitavelmente enfrentam (E6: *"No online, continua a acontecer e, portanto, há ali aquela imprevisibilidade a nível da ameaça em si e acaba por ser muito complexo estabilizar a vítima").*

Além disso, quatro participantes relataram dificuldades em gerir a "perceção de perda de controlo" face à circulação indesejada dos conteúdos íntimos da vítima (E7:" *Há uma perda de controlo muito grande, portanto, a pessoa sente-se muito desamparada").*

Duas participantes consideraram que intervir sobre o "sentimento de frustração e injustiça" das vítimas poderá, também, constituir um desafio sentido pelos profissionais na intervenção, perante a dificuldade em identificar e responsabilizar os agressores, e o anonimato dos mesmos (E6:" *Ainda é terra de ninguém, porque daqui até que se prove o IP daquele computador, a localização (...), que foi aquela pessoa, é muito mais difícil e frustrante").*

Esta perceção de dificuldade em identificar, localizar e responsabilizar o agressor torna-se particularmente importante, perante a possibilidade da circulação do conteúdo íntimo. Deste modo, a vivência da violência sexual *online* poderá tornar-se constante para a vítima, levando a uma maior hipervigilância dos contextos digitais e a monitorização constante das plataformas (McGlynn et al., 2021). Considerando que este tipo de violência carrega uma camada extra de complexidade, não frequentemente encontrada nas formas mais convencionais de violência sexual, o acompanhamento psicológico enfrenta desafios acrescidos (Knipschild et al., 2025).

Limitações das Respostas à Vitimação

Este tema inclui as considerações das participantes em relação às limitações existentes na resposta dada às vítimas de violência sexual *online*, subdividindo-se nos seguintes subtemas: "Fragilidades da Resposta Judicial"; "Desproteção das Vítimas pelas Plataformas Digitais" e "Falta de Capacitação Profissional" (cf. Anexo 10).

Fragilidades da Resposta Judicial

Algumas participantes mencionaram falhas na resposta judicial, cuja correção ou aprimoramento seria essencial para atenuar o sofrimento das vítimas. Quanto a este subtema, o código mais identificado pelas participantes corresponde à "morosidade da resposta judicial", uma vez que a lentidão do processo legal contribui para o desgaste das vítimas (E7: "Os *processos judiciais são lentos e, depois, nem sempre vem a resposta que nós queríamos").*

Adicionalmente, três participantes relataram a existência de "lacunas no enquadramento legal" relativas a estes crimes na legislação portuguesa (E2: *"Nós não temos, ainda, leis que sejam eficazes nesta questão da partilha de imagens (...) nós aqui estamos muitas vezes em terra de ninguém. Não sabemos como é que vamos responsabilizar quem, quem é que vai investigar nem como é que se vai investigar").*

Segundo o Projeto de Lei n.º 202/XVII/1.ª (2025), a Lei n.º 26/2023, de 30 de maio, alterou, entre outros, o artigo 193.º do Código Penal, estabelecendo a "Devassa através de meio de comunicação social, da *Internet* ou de outros meios de difusão pública generalizada", colocando-o no capítulo dos "crimes contra a reserva da vida privada". Este crime prevê a punição até cinco anos de prisão, e adota a natureza semipública.

Apesar das alterações, alguns autores consideram que o sistema jurídico poderá não estar totalmente preparado para novas formas de violência. Deste modo, Faustino et al. (2022) defendem que, o artigo 199º, relativo às "Gravações e fotografias ilícitas" poderá não reconhecer e responder adequadamente perante novas formas de violência, como a manipulação de materiais com IA. Além disso, a não ser que se trate de casos relacionados, por exemplo com coação sexual, importunação sexual, abuso sexual contra crianças até 14 anos e/ou de pornografia infantil, dificilmente a violência sexual baseada em imagens (VSBI) é incluída nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Neste sentido, os proponentes do Projeto de Lei n.º 202/XVII/1.ª (2025), ao reconhecerem a gravidade das repercussões deste crime, defendem uma resposta jurídica mais específica face à ameaça e/ou divulgação de conteúdo íntimo e consideram que este tipo de

violência deverá ser tipificado como um crime contra a liberdade sexual, assumindo, assim natureza pública.

Desproteção das Vítimas pelas Plataformas Digitais

Embora as plataformas assumam um papel importante na vitimação, quatro participantes consideraram que, frequentemente, falham na proteção das vítimas. Duas destas participantes refletiram sobre a "dificuldade na deteção e remoção do conteúdo íntimo" (E8: *"Dificilmente nós conseguimos retirar, sobretudo agora, com todas as proteções que tem havido por parte da Meta e há sempre elevados níveis de interpretação e de proteção de dados").*

Por sua vez, outras duas participantes referiram a "desresponsabilização das plataformas digitais" perante a violência praticada, alertando para a necessidade de reverter este cenário (E7: "*Temos de nos focar mais na responsabilização de determinadas plataformas no que diz respeito a dating apps, redes sociais").*

Da mesma forma, Henry & Witt (2021) identificam quatro problemas principais nas plataformas digitais, nomeadamente:"(1) A linguagem inconsistente e ambígua nas políticas em relação aos conteúdos íntimos partilhados; (2) uma discrepância entre as políticas e as práticas de moderação dos conteúdos, assim como a falta de transparência ligada à forma como as decisões eram feitas; (3) tecnologias incapazes de atuar na deteção de situações de abuso apesar dos avanços tecnológicos e (4) a responsabilidade colocada nas vítimas para encontrar e denunciar o seu conteúdo nas plataformas, o que poderá constituir uma experiência retraumatizante e altamente stressante" (pp.750-751).

Ausência de Capacitação Profissional

Todas as participantes referiram que poderá tornar-se desafiante, o reconhecimento das situações de violência sexual *online* e o encaminhamento para os serviços adequados. Segundo as mesmas, este cenário acontece porque existe uma "falta de conhecimento e de formação" dos profissionais (E6: *"A nível da rede, há ainda um desconhecimento muito grande sobre a violência digital. não se fazem as questões direcionadas para esse tipo de violência. E acredito que estejamos a perder algumas vítimas exatamente por causa disso").*

A perspetiva da maioria das participantes entrevistadas vai ao encontro de estudos mencionados anteriormente, como os de McArthur et al. (2025) e de Martin (2016), que salientam as lacunas no conhecimento e na preparação dos profissionais para intervir adequadamente nestes casos.

A Prevenção da Violência Sexual *Online*

Para além da importância de reverter as limitações na resposta à vitimação, enumeradas anteriormente, as participantes sugeriram outros mecanismos de prevenção igualmente relevantes para evitar a violência sexual *online.*

Prevenção Centrada na Potencial Vítima

Neste âmbito, emergiu o subtema "Prevenção Centrada na Potencial Vítima", uma vez que a maioria das participantes do estudo considerou a aplicação de abordagens preventivas centradas no comportamento da vítima.

Deste modo, sete participantes mencionaram a "literacia digital", enfatizando a sensibilização sobre os comportamentos de risco no ambiente digital, principalmente, junto dos jovens (E6: *"Há aqui um uso muito grande da internet, de ensinar desde muito cedo os perigos da internet e os perigos da divulgação destas imagens. Uma certa literacia quanto à exposição e quanto a expor-nos aos outros").*

Neste contexto, a luta contra a violência sexual *online* deverá contar com a colaboração entre educadores, profissionais de saúde mental e forças de segurança, tornando-se mais fácil a proteção dos indivíduos e o desenvolvimento de estratégias adequadas de prevenção e intervenção (Sorochinski & Burukhov, 2024).

Neste mesmo subtema, uma participante realçou a importância de investir, também, na "educação sexual" dos mais novos (E2: *"É a Educação sexual, educação digital e como elas se interligam. Acho que temos de educar desde pequeninos").*

A ausência da educação sexual poderá condicionar a capacidade dos indivíduos, não só para reconhecer situações de violência, como, também, para compreender o consentimento e o estabelecimento de limites pessoais nas relações interpessoais (Martínez-Díaz et al., 2026).

Prevenção Centrada no Agressor

Paralelamente, apenas duas participantes deslocam o foco da vítima, no que diz respeito às sugestões de prevenção da violência, dando origem ao subtema "Prevenção Centrada no Agressor". Neste contexto, surgiu o código "responsabilização dos agressores" (E1: *"Acho que a prevenção tem de estar muito mais direcionada para a responsabilização de potenciais agressores").*

De acordo com as participantes, torna-se importante não culpabilizar a vítima pela exposição indesejada, invisibilizando o comportamento dos perpetradores e dos potenciais observadores *online* (Faustino et al., 2022). Adicionalmente, algumas mensagens preventivas poderão, ainda, revelar-se ineficazes em contextos onde as imagens foram obtidas sem o

consentimento da vítima, de forma coerciva ou manipuladas com recurso a inteligência artificial (IA).

Neste sentido, segundo Henry e Flynn (2019), os programas educativos de prevenção primária deverão centrar-se sobretudo na promoção da igualdade de género e das relações baseadas no respeito, prevenindo estes comportamentos desde o início. Deste modo, tal como os autores referem: "O foco não deverá estar na vítima (nem nas razões que a levaram a partilhar ou aceitar que o conteúdo íntimo fosse captado), mas sim nos potenciais agressores, na dimensão ética e ilegal da partilha de imagens sem consentimento, assim como nos indivíduos que testemunham estas situações e que devem intervir para prevenir a ocorrência dos crimes" (p.1951).

Conclusão

O estudo pretendeu explorar as perceções de profissionais sobre a violência sexual *online*, procurando compreender o impacto desta forma de violência nas vítimas, as práticas profissionais e os desafios encontrados na intervenção psicológica. De um modo geral, os resultados obtidos permitiram responder a todos os objetivos propostos, realçando a complexidade e as especificidades da violência sexual *online*, que afeta profundamente, não só a vida das vítimas, como também, a resposta e a intervenção psicológica dos profissionais.

A violência sexual baseada em imagens (VSBI) destaca-se expressivamente nas experiências profissionais das participantes, ocorrendo, principalmente, no seio de relações virtuais. Neste contexto, a rápida disseminação dos conteúdos digitais, a permanência dos mesmos nas plataformas, a exposição pública e a consequente perda de controlo podem diferenciar esta forma de vitimação sexual da vitimação *offline* e prolongar o sofrimento psicológico. Nos relatos das participantes, tornou-se evidente que as consequências não se circunscrevem apenas ao ambiente digital, podendo afetar negativamente o contexto físico das vítimas. Entre as principais consequências destacam-se as repercussões emocionais, nomeadamente, o sentimento de vergonha, a autorresponsabilização e o medo do julgamento, fatores que podem, igualmente, impedir a procura de suporte formal.

Relativamente à intervenção clínica, os profissionais consideraram que poderá aproximar-se da que é utilizada na violência sexual *offline*, focando-se em sintomas de *PTSD*, embora adaptada às características do ambiente digital. Apesar disso, devido à formação

insuficiente, às limitações a nível legislativo e à desproteção das vítimas por parte das plataformas digitais, os profissionais enfrentam desafios acrescidos que importa colmatar.

Por fim, os dados deste estudo evidenciam a necessidade de reforçar a visibilidade da violência sexual *online*, promovendo medidas como a literacia digital e educação sexual junto dos mais jovens. Paralelamente, deverá ficar assegurada a responsabilização dos agressores, de forma a prevenir a reincidência e a normalização da violência sexual *online*.

Embora esta investigação tenha contribuído para o conhecimento das perceções dos profissionais acerca deste fenómeno, apresenta algumas limitações. Uma das limitações encontra-se relacionada com o número reduzido de participantes e com a homogeneidade da amostra, composta por oito profissionais com formação em Psicologia e formação como Técnicas de Apoio à Vítima (TAV). Neste sentido, poderia ser particularmente interessante conhecer a perspetiva de um maior número de profissionais de outras áreas de intervenção (e.g., Forças de Segurança), permitindo uma maior diversidade de perspetivas sobre o fenómeno e as práticas de intervenção. Seria, igualmente, relevante integrar a perceção das vítimas, acedendo às suas experiências, necessidades e perceções do apoio recebido.

Adicionalmente, o maior número de referências à VSBI nas narrativas das participantes, conjuntamente com a forma como algumas questões foram estruturadas no guião de entrevista, levou a uma maior exploração desta forma de violência, em detrimento das outras. Neste sentido, futuros estudos poderão analisar os motivos pelos quais a VSBI constitui a tipologia mais referenciada por profissionais de saúde mental. Além disso, poderia ser pertinente conhecer, aprofundadamente, outras tipologias, procurando compreender se as dinâmicas e características são comuns ou distintas da VSBI.

Em síntese, apesar das suas limitações, esta investigação permitiu aprofundar conhecimento acerca de um fenómeno ainda pouco explorado no panorama português, podendo ser útil para a melhoria da intervenção profissional e para a reformulação das respostas institucionais e legislativas, reforçando a proteção adequada das vítimas e a prevenção destes crimes.

Referências

Bates, S. (2017). Revenge porn and mental health: A qualitative analysis of the mental health effects of revenge porn on female survivors. *Feminist Criminology*, *12*(1), 22–42. https://doi.org/10.1177/1557085116654565

Branca, C. M., Grangeia, H., & Cruz, O. (2016). Grooming online em Portugal: Um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, *34*(3), 249–263.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners.* SAGE.

Cohen, J. A., Mannarino, A. P., & Deblinger, E. (2017). *Treating trauma and traumatic grief in children and adolescents* (2nd ed.). The Guilford Press.

Colburn, D. A., Finkelhor, D., & Turner, H. A. (2023). Help-seeking from websites and police in the aftermath of technology-facilitated victimization. *Journal of Interpersonal Violence, 38*(21-22), 11642–11665.https://doi.org/10.1177/08862605231186156

Dimitropoulos, G., Lindenbach, D., Devoe, D. J., Gunn, E., Cullen, O., Bhattarai, A., Kuntz, J., Binford, W., Patten, S. B., & Arnold, P. D. (2022). Experiences of canadian mental health providers in identifying and responding to online and in-person sexual abuse and exploitation of their child and adolescent clients. *Child Abuse & Neglect, 124*, 105448. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105448

Faustino, M. J., Ventura, I., Alves, C., & de Matos, S. L. (2022). "*Faz delete": Contributos para o conhecimento sobre a violência sexual baseada em imagens (VSBI) em Portugal.* Rede de Jovens Pela Igualdade.

Flynn, A., Cama, E., Powell, A., & Scott, A. J. (2023). Victim-blaming and image-based sexual abuse. *Journal of Criminology*, *56*(1), 7–25. https://doi.org/10.1177/26338076221135327

Flynn, A., Powell, A., Scott, A. J., & Cama, E. (2022). Deepfakes and digitally altered imagery abuse: A cross-country exploration of an emerging form of image-based sexual abuse. *The British Journal of Criminology, 62*(6), 1341–1358. https://doi.org/10.1093/bjc/azab111

Gosse, C. (2022). ‘‘Don’t take on the responsibility of somebody else’s fu** ed up behavior”: Responding to online abuse in the context of barriers to support. *Canadian Journal of Law and Technology, 19*(2), 249–275.

Henry, N., & Flynn, A. (2019). Image-based sexual abuse: Online distribution channels and illicit communities of support. *Violence Against Women, 25*(16), 1932–1955. https://doi.org/10.1177/1077801219863881

Henry, N., Gavey, N., McGlynn, C., & Rackley, E. (2023). “Devastating, like it broke me”: Responding to image-based sexual abuse in Aotearoa New Zealand. *Criminology & Criminal Justice, 23*(5), 861–879. https://doi.org/10.1177/17488958221097276

Henry, N., & Powell, A. (2015a). Beyond the ‘sext’: Technology-facilitated sexual violence and harassment against adult women. *Australian & New Zealand Journal of Criminology, 48*(1), 104–118. https://doi.org/10.1177/0004865814524218

Henry, N., & Powell, A. (2015b). Embodied harms: Gender, shame, and technology-facilitated sexual violence. *Violence Against Women, 21*(6), 758–779. https://doi.org/10.1177/1077801215576581

Henry, N., & Powell, A. (2018). Technology-facilitated sexual violence: A literature review of empirical research. *Trauma, Violence, & Abuse*, *19*(2), 195–208. https://doi.org/10.1177/1524838016650189

Henry, N., & Witt, A. (2021). Governing image-based sexual abuse: Digital platform policies, tools, and practices. In *The Emerald International Handbook of Technology-Facilitated Violence and Abuse* (pp. 749–768). Emerald Publishing Limited. https://doi.org/10.1108/978-1-83982-848-520211054

Huber, A. (2023). “A shadow of me old self”: The impact of image-based sexual abuse in a digital society. *International Review of Victimology*, *29*(2), 199–216. https://doi.org/10.1177/02697580211063659

Ide, Y., & Beddoe, L. (2024). Challenging perspectives: Reflexivity as a critical approach to qualitative social work research. *Qualitative Social Work*, *23*(4), 725–740. https://doi.org/10.1177/14733250231173522

Khan, T. H., & MacEachen, E. (2021). Foucauldian discourse analysis: Moving beyond a social constructionist analytic. *International Journal of Qualitative Methods*, *20*. https://doi.org/10.1177/16094069211018009

Kip, A., Ritter, L., Hoppen, T. H., Papola, D., Ostuzzi, G., Barbui, C., & Morina, N. (2025). Psychological interventions for adult post-traumatic stress disorder: A systematic review of published meta-analyses. *Journal of Anxiety Disorders*, 112, 103017.

Knipschild, R., Covers, M., & Bicanic, I. (2025). From digital harm to recovery: A multidisciplinary framework for first aid after online sexual abuse. *European Journal of Psychotraumatology, 16*(1), 2465083. https://doi.org/10.1080/20008066.2025.2465083

Krieger, M. A. (2016). Unpacking "sexting": A systematic review of nonconsensual sexting in legal, educational, and psychological literatures. *Trauma Violence & Abuse*, *18*(5), 593–601. https://doi.org/10.1177/1524838016659486

Lemaigre, C., Taylor, E. P., & Gittoes, C. (2017). Barriers and facilitators to disclosing sexual abuse in childhood and adolescence: A systematic review. *Child Abuse & Neglect*, *70*, 39–52. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.05.009

Mandau, M. B. H. (2021). "Snaps", "screenshots", and self-blame: A qualitative study of image-based sexual abuse victimization among adolescent Danish girls. *Journal of Children and Media*, *15(*3), 431–447. https://doi.org/10.1080/17482798.2020.1848892

Manita, C. (2020). Novos desafios que o recurso aos meios virtuais de comunicação na prática de crimes sexuais contra crianças colocam à psicologia da Justiça. In *A Prática Profissional da Psicologia na Justiça* (pp. 196–205). Ordem dos Psicólogos Portugueses

Martin, J. (2016). Child sexual abuse images online: Implications for social work training and practice. *British Journal of Social Work*, *46*, 372–388. https://doi.org/10.1093/bjsw/bcu116

Martínez-Díaz, A., López-Barranco, P. J., Guillén-Martínez, A. P., Cayuela-Fuentes, P. S., Segura-López, G., Pérez-Franco, I. M., Leal-Costa, C., & Jiménez-Ruiz, I. (2026). Technology-facilitated online sexual violence, consent negotiation, and coping among adult women: A qualitative study. *Healthcare, 14*(7), 863. https://doi.org/10.3390/healthcare14070863

McArthur, J. L., Goruk, K. J., Blais, J., Dodge, A., & Dunn, S. (2025). "I'm not really sure of what exists here": Frontline perspectives on services for technology-facilitated sexual violence. *Journal of Interpersonal Violence*. https://doi.org/10.1177/08862605251390539

McGlynn, C., Johnson, K., Rackley, E., Henry, N., Gavey, N., Flynn, A., & Powell, A. (2021). 'It's torture for the soul': The harms of image-based sexual abuse. *Social & Legal Studies, 30*(4), 541–562. https://doi.org/10.1177/0964663920947791

McGlynn, C., & Rackley, E. (2017). *Image-based sexual abuse*. *Oxford Journal of legal studies*, *37*(3), 534–561. https://doi.org/10.1093/ojls/gqw033

McGrath, C., Palmgren, P. J., & Liljedahl, M. (2019). Twelve tips for conducting qualitative research interviews. *Medical teacher*, *41*(9), 1002–1006. https://doi.org/10.1080/0142159X.2018.1497149

Mclocklin, G., Kellezi, B., Stevenson, C., & Mackay, J. (2025). Disclosure decisions and help-seeking experiences amongst victim-survivors of non-consensual intimate image distribution. *Victims & Offenders*, *20*(7), 1258 – 1284. https://doi.org/10.1080/15564886.2024.2329107

Mitchell, K. J., Jones, L. M., Gewirtz-Meydan, A., O'Brien, J., & Colburn, D. (2025). Image-based sexual abuse: Characteristics linked to different reasons why youth decide not to disclose. *Prevention Science*, *26*(8), 1157–1168. https://doi.org/10.1007/s11121-025-01853–4

Mumford, E. A., Rothman, E. F., Maitra, P., & Sheridan-Johnson, J. (2023). U.S. Young adults' professional help-seeking in response to technology-facilitated abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 38*(11–12), 7063–7088. https://doi.org/10.1177/08862605221140042

O'Connell, R. (2003). A typology of child cyber sexploitation and online grooming practices. https://image.guardian.co.uk/sysfiles/Society/documents/2003/07/24/Netpaedoreport.pdf.

O'Malley, R. L. (2023). Short-term and long-term impacts of financial sextortion on victim's mental well-being. Journal of Interpersonal Violence, 38(13–14), 8563–8592. https://doi.org/10.1177/08862605231156416

Ozuem, W., Willis, M., Ranfagni, S., & Omeish, F. (2025). Thematic analysis in an artificial intelligence-driven context: A stage-by-stage process. *International Journal of Qualitative Methods*, *24,* 1–15. https://doi.org/10.1177/16094069251362982

Pijlman, V., Waardt, M., Schoonmade, L., Eichelsheim, V., & Pemberton, A. (2025). The help-seeking behavior of victims of image-based sexual harassment and abuse: A scoping review. *Trauma, Violence, & Abuse*, *26*(4), 734–754. https://doi.org/10.1177/15248380241289435

Powell, A. (2010). Configuring consent: Emerging technologies, unauthorized sexual images and sexual assault. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, *43*(1), 76–90. https://doi.org/10.1375/acri.43.1.76

Powell, A., & Henry, N. (2019). Technology-facilitated sexual violence victimization: Results from an online survey of australian adults. *Journal of Interpersonal Violence*, *34*(17), 3637–3665. https://doi.org/10.1177/0886260516672055

Projeto de Lei n.º 202/XVII/1.ª [Bloco de Esquerda] (2025). *Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código de Processo Penal)*. Assembleia da República. https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=V3nA5AdnRgvHNNWHutq4NSU9R7HizE3p9tS%252fwpIyqd21UGZ9%252baEXP4KER3iWiC3SUr4ySucHyigSy%252fOKkJW9VKP6YqfHl1yfNFkqpd%252f2a1wQfEtWChkrQ7wDb1tLAMP8yvpmtHWo6OtLRE5Ye81Hr5G1Baxf1uF0XFJbtd5ZV0L7XQXU0VGPJWvhrd6lST9TvTxdNUnxezQe%252fUyFnOdCkvKGrIWemL3nkqyIX%252bBKOT%252fjk3Nm%252flU1OpW1hRZbwilFtLRhTECnTLHVn7PBYCLlTMwM1Y%252fanY8sON7wVbHnReN9IuIpfI3qFYsROFGHSTuWgn2%252bhsD15Jz1R4%252bNAuCHe0bmMBJIw9v3xpOl1yIeGKo%253d&fich=bd4d9f42-1021-4850-b342-fff786bd050c.docx&Inline=true

Rindestig, F. C., Gillander Gådin, K., & Dennhag, I. (2025). Experiences of online sexual violence: Interviews with swedish teenage girls in psychiatric care. *Violence Against Women, 31*(1), 266–290. https://doi.org/10.1177/10778012231203000

Ruslin, R., Mashuri, S., Rasak, M., Alhabsyi, F., & Syam, H. (2022). Semi-structured interview: A methodological reflection on the development of a qualitative research instrument in educational studies. *Journal of Research & Method in Education, 12*(1), 22–29. https://doi.org/10.9790/7388-1201052229

Sampedro-Ferreirós, L., Rodríguez-Castro, Y., Martínez-Román, R., & Lameiras-Fernández, M. (2026). Technology-facilitated sexual violence among adolescents and young people: A systematic review of reviews. *Adolescent Research Review*, *11*, 455–483. https://doi.org/10.1007/s40894-026-00281-x

Schmidt, F., Varese, F., Larkin, A., & Bucci, S. (2024). The mental health and social implications of nonconsensual sharing of intimate images on youth: A systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*, *25*(3), 2158–2172. https://doi.org/10.1177/15248380231207896

Siegel, J. A., Miller, A. M., Krieger, M. A., & Eaton, A. A. (2025). "Anything I could do to not have it paralyze me was welcome": Coping strategies employed by survivors of image-based sexual abuse. *Psychology of Violence, 15*(1), 66–75. https://doi.org/10.1037/vio0000588

Sorochinski, M., & Borukhov, E. (2024). Digital shadows: Confronting the rise of technology-facilitated sexual violence and the quest for systemic solutions.

Contemporary Justice Review, 27(2–3), 116–131. https://doi.org/10.1080/10282580.2024.2363429

Stonard, K. E. (2020). "Technology was designed for this": Adolescents' perceptions of the role and impact of the use of technology in cyber dating violence. *Computers in Human Behavior, 105*, 106211.

Tetnowski, J. A., & Damico, J. S. (2001). A demonstration of the advantages of qualitative methodologies in stuttering research. *Journal of Fluency Disorders*, *26*(1), 17–42.

Van Ouytsel, J., Van Gool, E., Walrave, M., Ponnet, K., & Peeters, E. (2017). Sexting: Adolescents' perceptions of the applications used for, motives for, and consequences of sexting. *Journal of Youth Studies*, *20*(4), 446–470. https://doi.org/10.1080/13676261.2016.1241865

Walsh, W. A., & Tener, D. (2022). "If you don't send me five other pictures, I am going to post the photo online": A qualitative analysis of experiences of survivors of sextortion. *Journal of Child Sexual Abuse, 31*(4), 447–465. https://doi.org/10.1080/10538712.2022.2067093

Whittle, H. C., Hamilton-Giachritsis, C., & Beech, A. R. (2013). Victims' voices: The impact of online grooming and sexual abuse. *Universal Journal of Psychology*, *1*(2), 59–71.

Anexos

Anexo 1. Guião das Entrevistas Semiestruturadas

1. Para começar, poderia partilhar de forma breve algumas informações sobre si que me ajudem a conhecê-lo/a melhor?
1.1 Qual é a sua idade?
1.2 Quais são as suas habilitações literárias?
1.3 Que atividade profissional exerce atualmente e há quanto tempo?

2. No que diz respeito aos crimes de violência sexual *online*, quais são aqueles que surgem com maior frequência na sua prática profissional (e.g., partilha não consentida de conteúdo íntimo, aliciamento para fins sexuais…)?

2.1 Em que contextos relacionais ocorreram os casos de vitimação sexual *online* que contactou (e.g., relações afetivas, relações de amizade, ex-relacionamentos…)?

3. Na sua opinião, de que forma é que as plataformas digitais influenciam a dinâmica do crime e da vitimação sexual?

4. De acordo com a sua experiência, que fatores contribuem para que estas vítimas, muitas vezes, não revelem a situação do abuso?

5. Em que momento, as vítimas tendem a procurar ajuda: durante a ocorrência do abuso ou apenas posteriormente?
5.1 Quais são os principais objetivos ou necessidades que levam as vítimas a procurar por apoio ou orientação?

6. Como descreveria o impacto dos crimes sexuais *online* nas vítimas?
6.1 Considera que este impacto é distinto do dos crimes sexuais *offline*? Se sim, de que forma?

7. Segundo a sua experiência, a intervenção com vítimas de violência sexual *online* é diferente da da violência sexual *offline*? Se sim, que aspetos as diferenciam?

8. Na sua perspetiva, quais são os maiores desafios na intervenção com as vítimas de violência sexual *online*?

9. Na sua opinião, o apoio e os recursos disponíveis para estas vítimas são suficientes?
9.1 Quais considera serem as principais limitações atuais, tanto na formação dos profissionais como no apoio às vítimas?

10. De acordo com a sua perspetiva, que estratégias poderiam ser úteis na prevenção da vitimação sexual *online*?

11. Para finalizar, gostaria de acrescentar alguma informação que considere pertinente e que não tenha sido abordada nas questões anteriores?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo 2. Declaração de Consentimento Informado

Declaração de Consentimento Informado

Este é um convite para participar num estudo sobre as perceções e práticas de profissionais que intervêm junto de vítimas de violência sexual *online*, a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça e da Desviância, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, conduzido por Ana Rita Ferreira da Silva sob orientação da Professora Doutora Celina Manita.

Antes de tomar a decisão de participar no presente estudo, é importante que conheça os seus objetivos e aquilo que lhe será pedido. Assim sendo, pedimos-lhe que leia com atenção toda a informação mencionada de seguida e que, se concordar com o que lhe é apresentado, aceite realizar uma entrevista sobre esta temática.

Caso pretenda esclarecer alguma dúvida sobre o estudo ou obter mais alguma informação sobre este ou ter conhecimento dos dados finais, por favor, envie um email para up202104719@up.pt ou celina@fpce.up.pt

Informação sobre o estudo

O presente estudo visa aceder às perceções e práticas de profissionais que tenham contactado com crianças vítimas de violência sexual. Pretende-se conhecer as dinâmicas decorrentes da sua experiência com casos de vitimação sexual *online*, mais especificamente, a sua perspetiva relativamente ao fenómeno, as práticas profissionais e as especificidades dessa intervenção. Além disso, serão também explorados os desafios e/ou limitações na prática profissional e sugestões de melhoria das mesmas, promovendo, assim, uma intervenção mais ajustada às necessidades das vítimas.

Critérios de participação

Poderão participar no estudo indivíduos com idade superior a 18 anos, a desenvolver atividade profissional ajunto de vítimas. Será igualmente necessário que tenham contactado, já, com

casos de violência sexual dirigida a crianças, perpetrada em ambiente digital, e que tenham desenvolvido uma intervenção nesse âmbito.

Potenciais Benefícios

Espera-se que o presente estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada das perceções e experiências profissionais relativas a este tipo de crime, permitindo consolidar o conhecimento sobre o impacto destes crimes nas vítimas, as especificidades da intervenção relativa aos crimes sexuais praticados em contexto digital e os principais desafios e limitações enfrentados na prática profissional. Pretende-se, assim, conhecer o ponto de vista dos profissionais da área, potencializando o aperfeiçoamento das práticas e estratégias de atuação. A sua participação revela-se essencial para alcançar este objetivo, promovendo intervenções mais eficazes, sensíveis e ajustadas às necessidades das vítimas de violência sexual *online*.

Potenciais Riscos

O presente estudo rege-se pelos princípios éticos e deontológicos que devem nortear toda a investigação científica na área da Psicologia, incluído os princípios fundamentais da beneficência e não maleficência, respeitando, também, o Regulamento Geral da Proteção de Dados e os princípios específicos referentes à investigação em Psicologia, estabelecidos pelo Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Assim sendo, não se antecipam riscos ou danos potenciais acrescidos para os/as participantes. No entanto, se alguma das questões da entrevista não o/a deixar confortável, poderá não lhe responder ou pedir para interromper a sua participação a qualquer momento, sem ter de justificar a sua decisão. A desistência não acarretará qualquer consequência.

Confidencialidade e Anonimato

Toda a informação recolhida neste estudo será tratada de forma anónima e confidencial e será utilizada exclusivamente para fins científicos, não se procedendo à identificação pública de dados individuais de nenhum/a participante. Se o consentir, a entrevista será gravada, de forma que a recolha e posterior análise da sua entrevista seja mais fidedigna. Estes dados serão conservados apenas durante o tempo necessário à concretização do estudo e à elaboração da dissertação e publicação de artigos científicos, e serão arquivados de forma segura e seguindo

as regras de proteção de dados pessoais. Os resultados da investigação servirão de base à produção de trabalhos científicos e poderão ser usados no âmbito da docência e da formação, publicados em formato de tese, livro ou artigo científico, divulgados na comunicação social ou apresentados em conferências/eventos científicos. Não serão usados para qualquer outro fim.

Agradecemos desde já a sua colaboração, que é fundamental para nos permitir ter um maior conhecimento sobre esta realidade.

☐ Declaro que li as informações sobre o estudo, me considero informado/a sobre ele e que aceito participar, respondendo a este questionário.

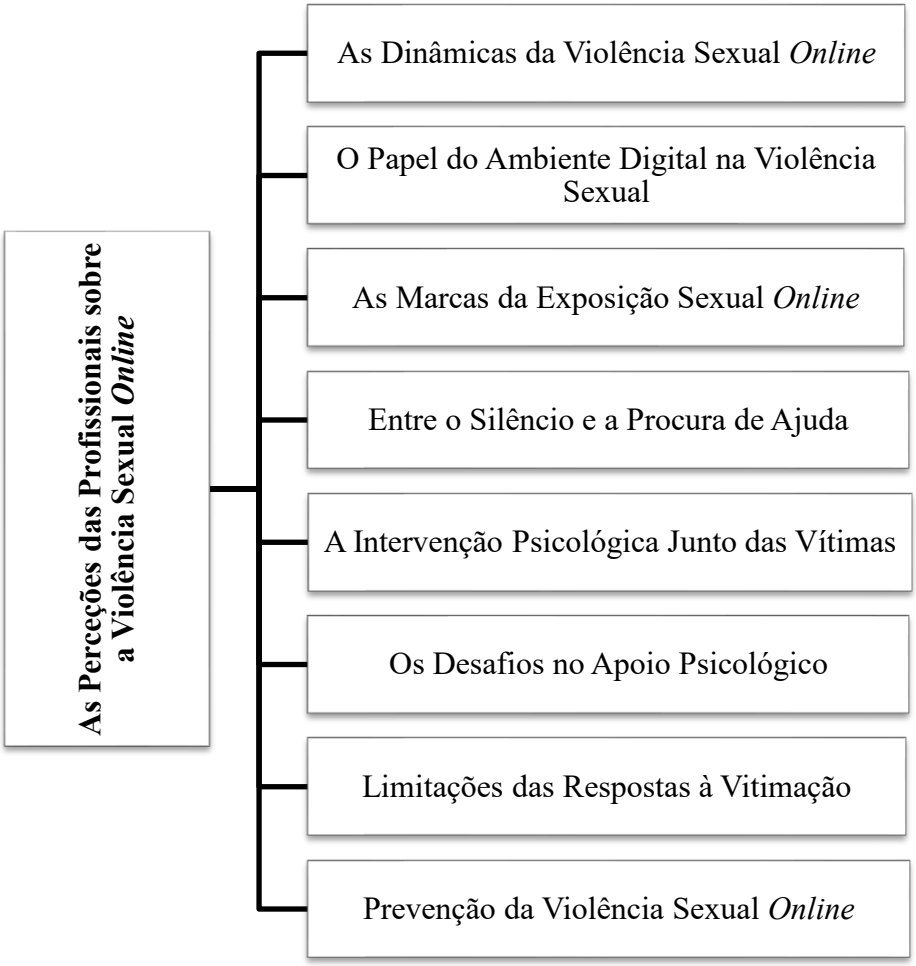
☐ Declaro que tenho mais de 18 anos.

Data _____

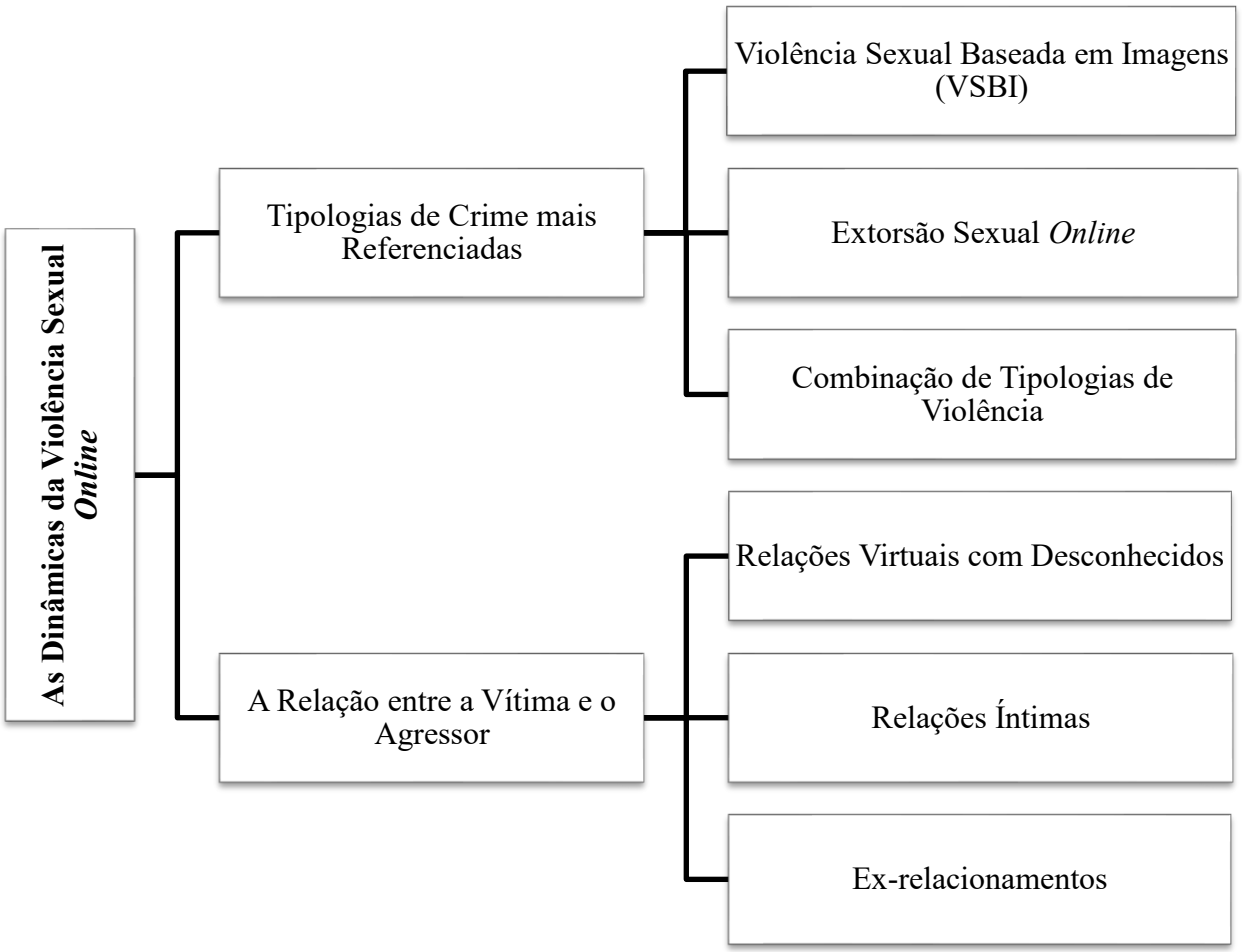
A/O Participante _____

A investigadora _____

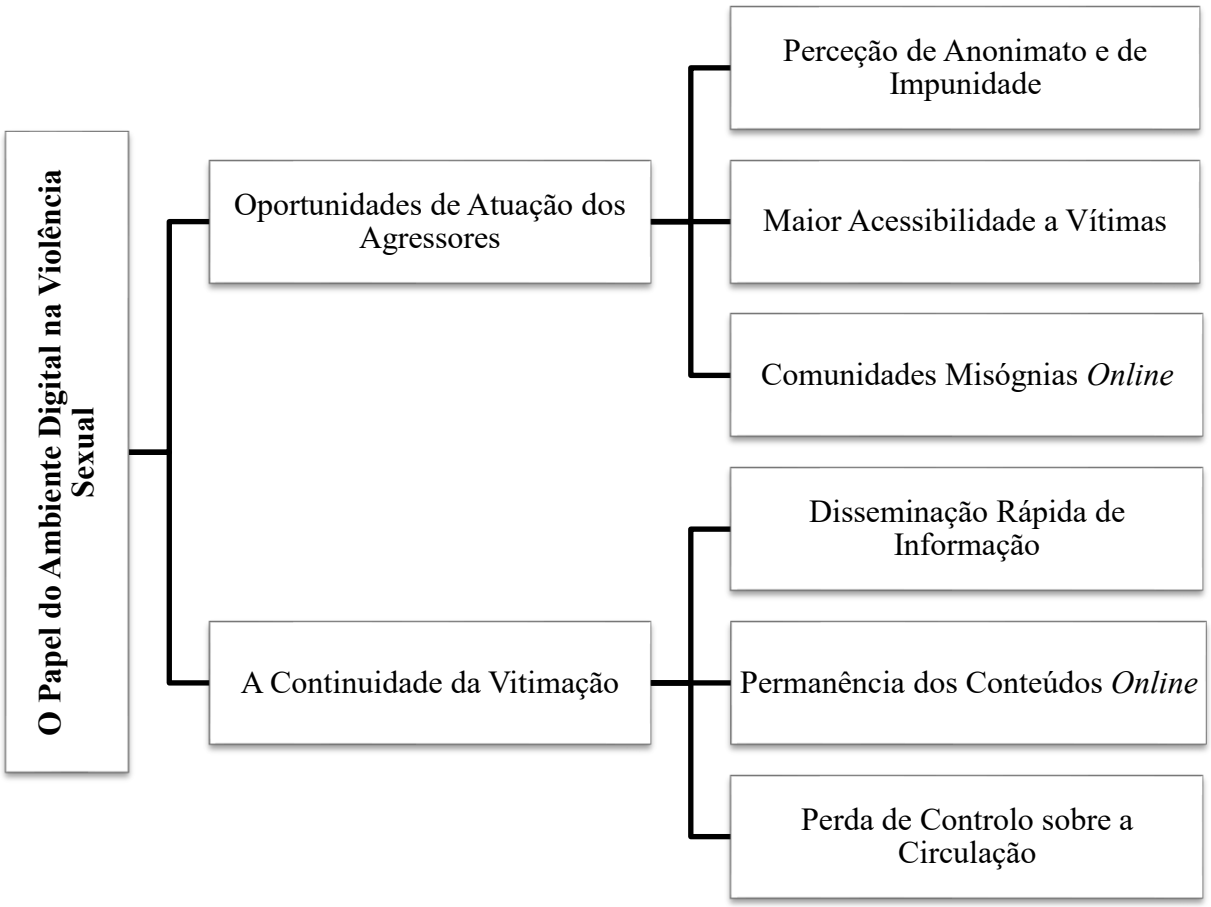
Anexo 3. Mapa Temático da Análise



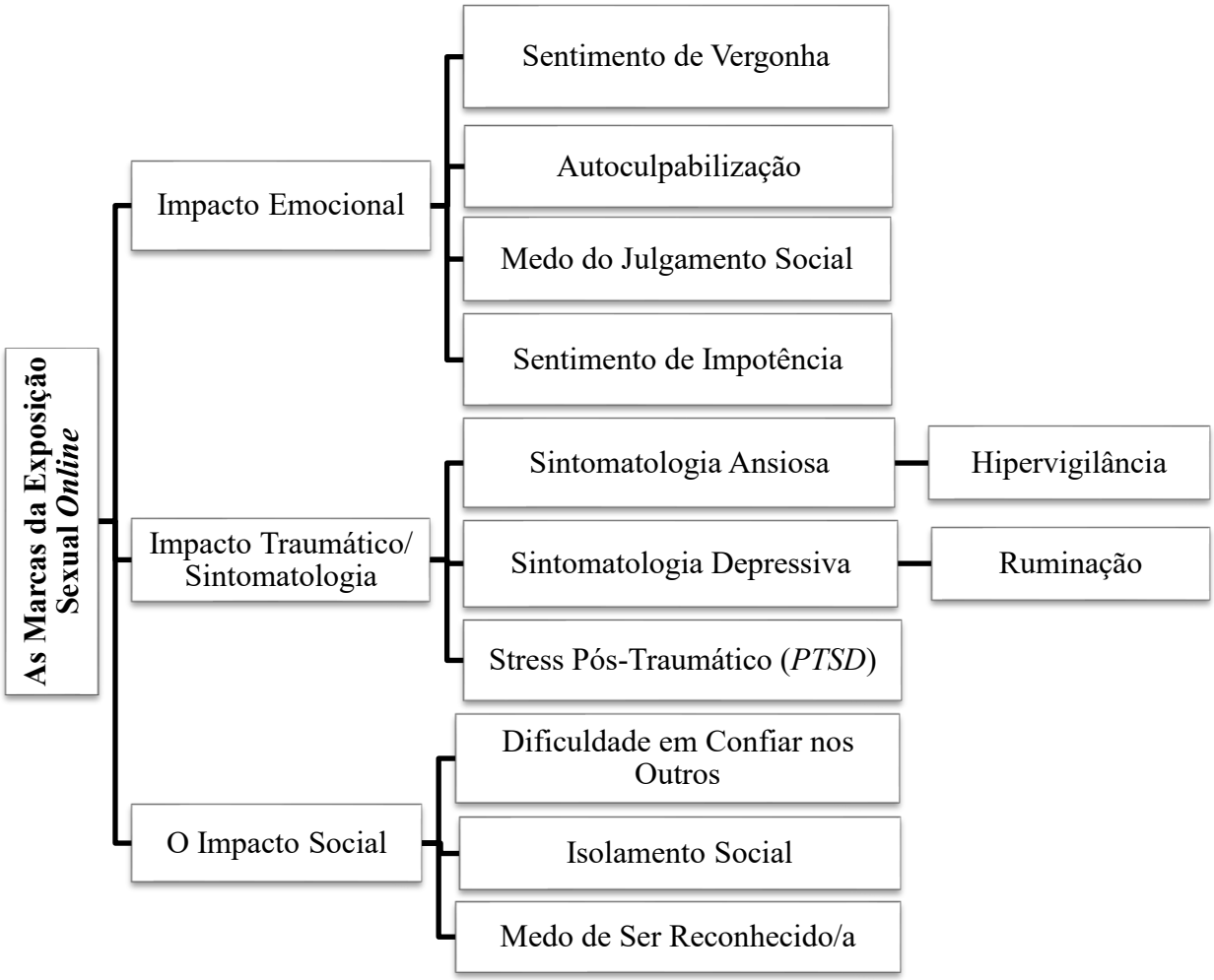
Anexo 4. Mapa Temático do Tema "As Dinâmicas da Violência Sexual *Online"*



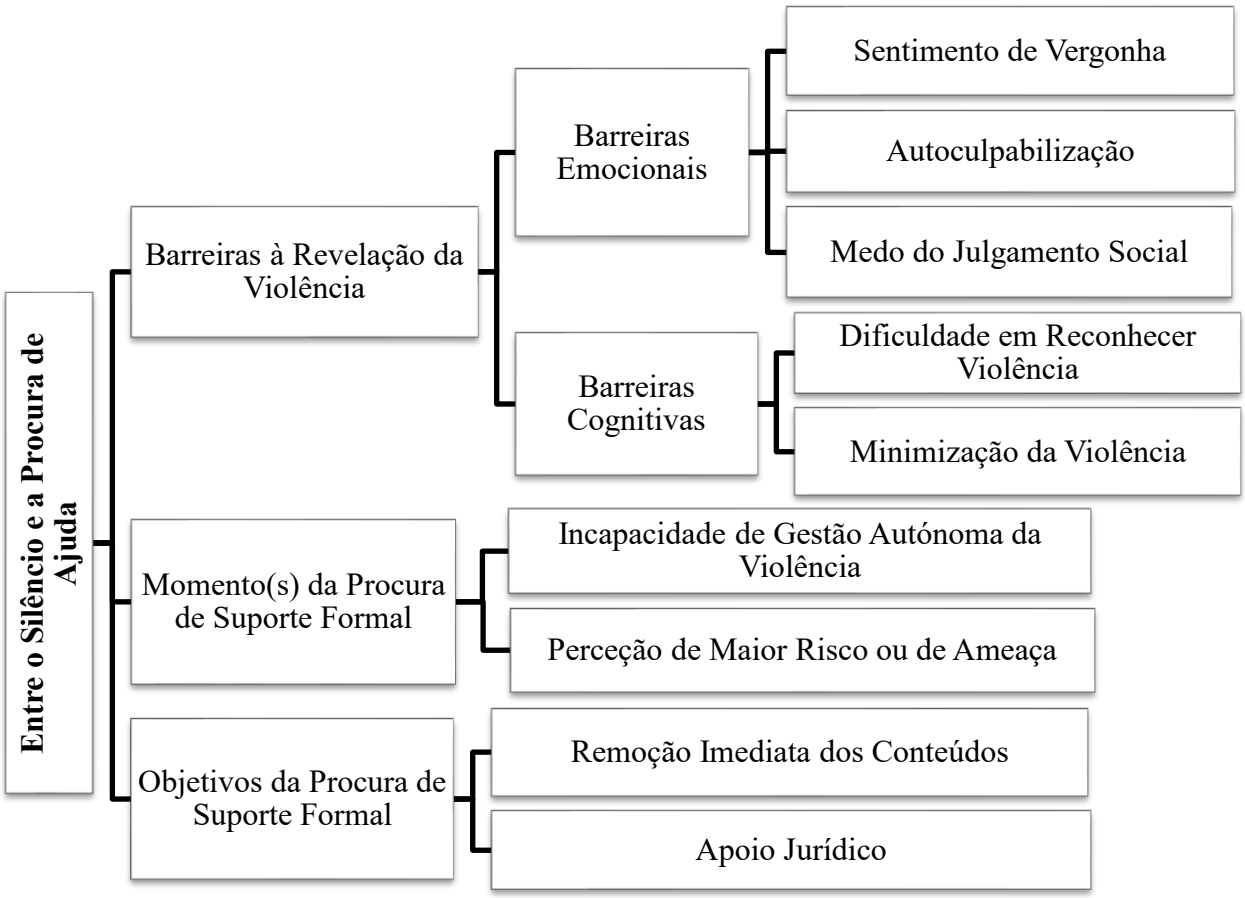
Anexo 5. Mapa Temático do Tema "O Papel do Ambiente Digital na Vitimação Sexual"



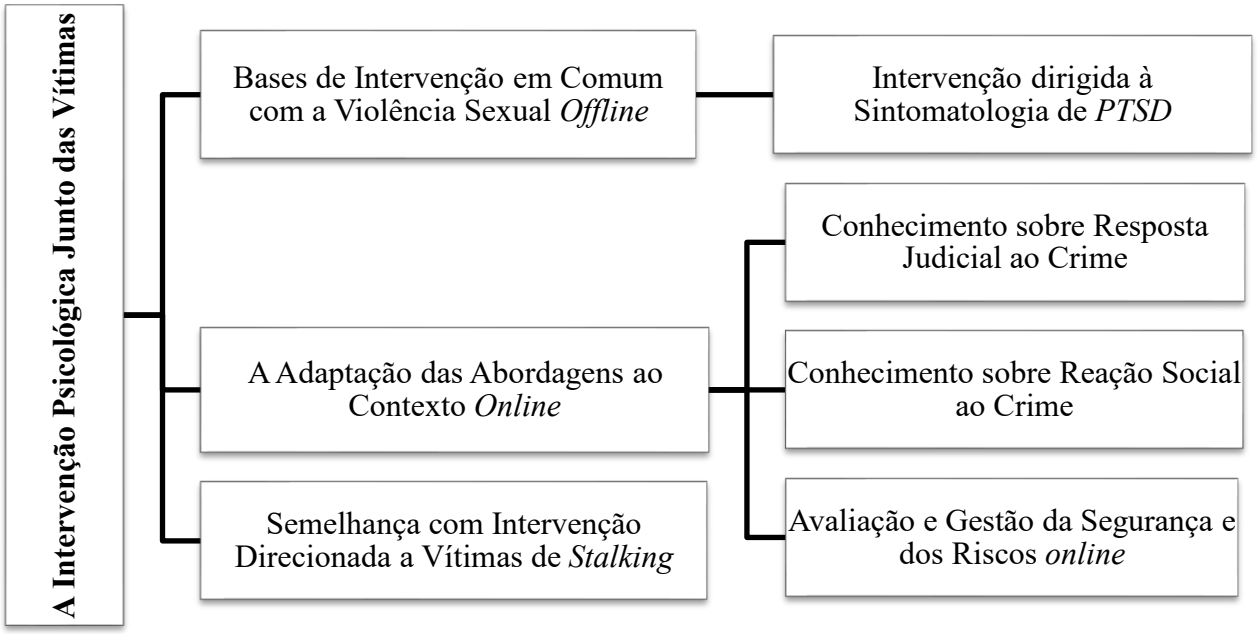
Anexo 6. Mapa Temático do Tema "As Marcas da Exposição Sexual *Online"*



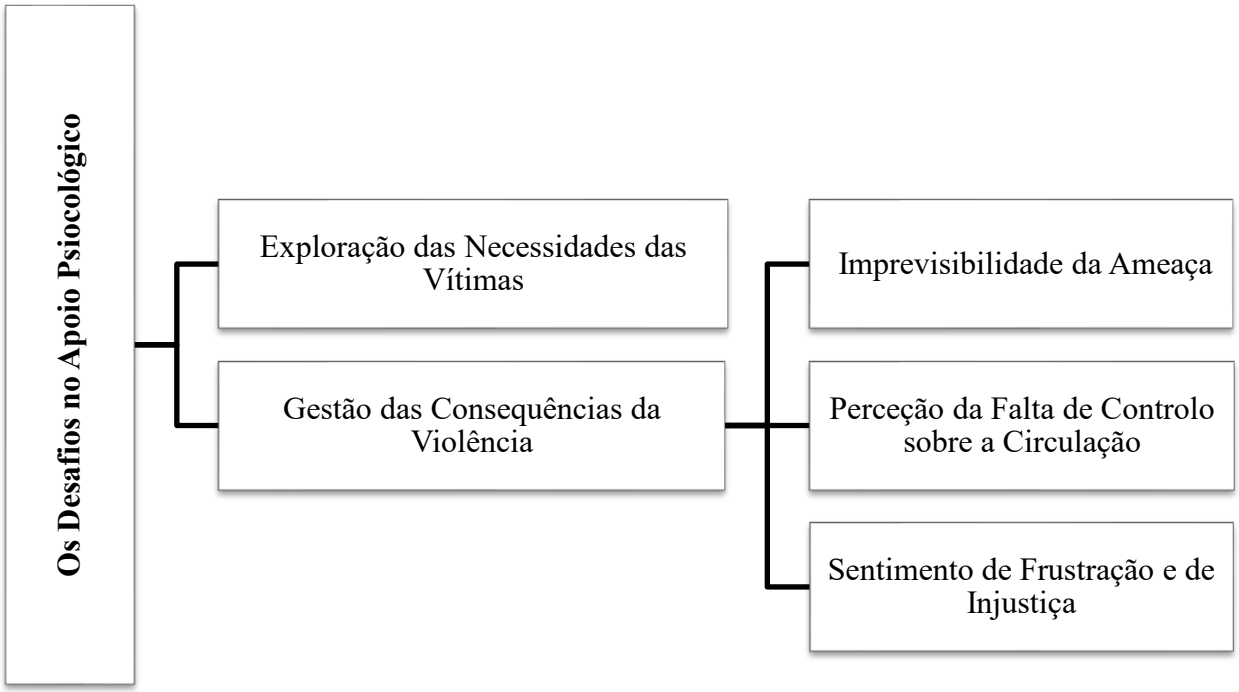
Anexo 7. Mapa Temático do Tema "Entre o Silêncio e a Procura de Ajuda"



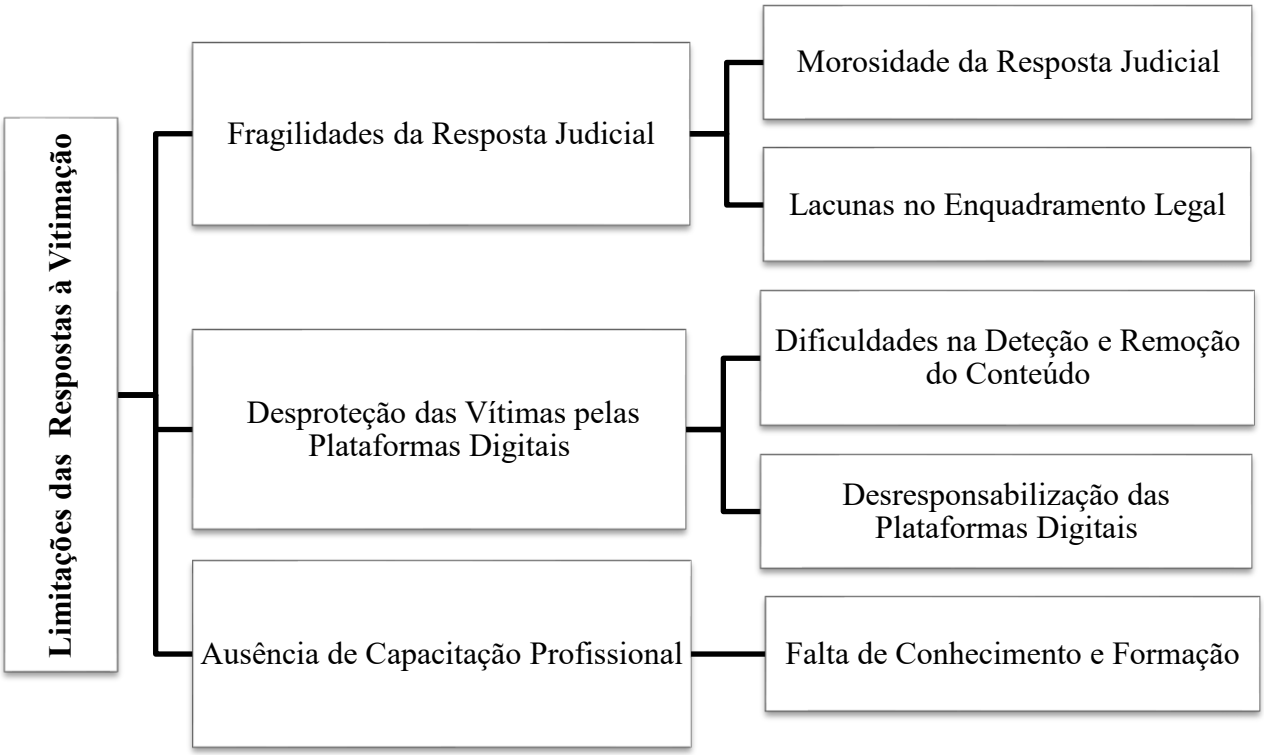
Anexo 8. Mapa Temático do Tema "A Intervenção Psicológica Junto das Vítimas"



Anexo 9. Mapa Temático do Tema "Os Desafios no Apoio Psicológico"



Anexo 10. Mapa Temático do Tema "Limitações das Respostas à Vitimação"



Anexo 11. Mapa Temático do Tema "A Prevenção da Violência Sexual *Online*"

